

A TRILOGIA: FAMÍLIA, PÁTRIA E RELIGIÃO COMO CONDIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO, NA VISÃO DE MARIA LUIZA DE SOUZA ALVES

Maria Eliana Almeida Matos¹

Elizete Silva Passos²

RESUMO

O presente artigo tem o objetivo geral analisar a família, pátria e religião como propulsoras de desenvolvimento humano, na perspectiva da autora Maria Luiza de Souza Alves. Para subsidiar o estudo, foi utilizada a pesquisa documental dos escritos da autora, publicados na revista *A Paladina do Lar*, no início do século XX (1910-1917) e a pesquisa bibliográfica. Constatou-se que o sucesso da família dependia de um modelo feminino materno que aglutinasse a administração do lar e os atributos de generosidade, espiritualidade e patriotismo, moralidade cristã, mas também firmeza e segurança. Esse modelo de família, em parceria com a Igreja Católica, teria o papel importante de promover valores cívicos, morais e cristãos à sociedade, influenciando a participação dos jovens e das mulheres no processo de desenvolvimento do país como atores e parceiros. Concluiu-se que o equilíbrio entre família, pátria e religião teria o poder de promover desenvolvimento humano e transformar as ações cidadãs em elementos canalizadores de novas potencialidades nos campos social, político e econômico da nação brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento humano. Família. Pátria. Religião.

ABSTRACT

This present article aims to analyze the overall family, country and religion as drivers of human development, from the perspective of the author Maria Luiza Alves de Souza. To support the study, was used to document research the writings of the author, published in *A Paladina do Lar* in the early twentieth century (1910-1917) and literature. Found that family success depended on a female model that agglutinate maternal administration of the home and the attributes of generosity, spirituality and patriotism, Christian morality, but also firmly and securely. This model family, in partnership with the Catholic Church, have the important role of promoting civic values, moral and Christian society, influencing the participation of young people and women in the development process of the country as actors and partners. It was concluded that the balance between family, country and religion would have the power to promote human development and transforming the citizen actions on elements plumbers new potential in the social, political and economic aspects of the Brazilian nation.

Keywords: Human development. Family. Homeland. Religion.

¹ Mestre em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social pela Fundação Visconde de Cairu (FVC).

² Dra. em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

3.1 INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, de acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano (1994) – Programa das Nações Unidas (PNUD), o desenvolvimento humano deve ser o resultado das diversas formas de desenvolvimento - econômicas, políticas, sociais e culturais -, no sentido de permitir o alargamento das opções dos indivíduos no presente, sem comprometer as expectativas das gerações futuras. No contexto da autora M. L. Alves (1910-1917), era o crescimento econômico que deveria ser o resultado do desenvolvimento humano, no sentido de que era preciso em primeira instância: promover educação, saúde, trabalho para que o país pudesse desenvolver-se economicamente. Segundo Carvalho (2008), nas duas primeiras décadas do século XX, por trás dessa iniciativa de “melhorar” a vida das pessoas, havia o claro objetivo de fazer o Brasil produzir riquezas materiais, quantitativas para contemplar, na realidade, uma pequena parcela da população.

Este artigo tem como objetivo geral analisar a família, pátria e religião como propulsoras de desenvolvimento humano, na perspectiva da autora Maria Luiza de Souza Alves.

Fizemos a opção pela pesquisa documental, com o firme compromisso de investigar, no discurso da autora, a visão de desenvolvimento humano que se tinha na época, sem perder de vista que esse objeto de estudo deveria ser estudado à luz de autores contemporâneos.

Nosso campo de estudo foram os escritos da autora publicados na revista *A Paladina do Lar*, no período de 1910 - data do início de suas publicações - a 1917 – fechamento da revista. Especialmente, trabalhamos com artigos e poemas da autora nesse periódico. Daí, pudemos reunir um manancial de dados, que nos possibilitou ampliar nossas interpretações para entendermos, com maior verossimilhança, as ideias sobre desenvolvimento humano da época, dando-nos um grande contributo de percepção da realidade histórica de nosso país.

Nessa articulação entre a pesquisa documental e a bibliográfica, procuramos interpretar o que os documentos indicavam, isto é, o que autora relatava, o que tornou público sobre seus valores e, principalmente, sobre o conceito de desenvolvimento humano.

As ideias apresentadas por M. L. Alves (1910-1917) nas suas publicações trataram de questões políticas, educacionais, culturais, sociais e, principalmente, religiosas que, partindo de fundamentos de cunho científico ou do senso comum, foram extremamente importantes para nos inserir na época e entender que o discurso sobre desenvolvimento humano estava voltado para formar cidadãos brasileiros, com educação, trabalho, amor à Pátria e valores morais e cristãos.

3.2 OLHARES DE MARIA LUIZA DE SOUZA ALVES AO DESENVOLVIMENTO HUMANO

A ideia de desenvolvimento nem sempre foi aquela que conhecemos na contemporaneidade³: “[...] possibilitar ao indivíduo oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e condições habilitadoras, como boa saúde, educação básica [...]” (SEN, 2000, p. 19). Cada época, provavelmente, elege seus critérios para mostrar o desenvolvimento de sua população.

A história da Humanidade tem conhecido processos marcantes para alcançar o Desenvolvimento Humano. Estes processos consistem em alterações profundas nos quadros tecnológicos, políticos e econômicos que possibilitem o acesso da população aos bens de consumo e serviços para que satisfaçam suas velhas e novas necessidades.

Segundo Stiglitz (1998), economista estadunidense, o desenvolvimento humano representa a “transformação” da sociedade, num movimento do tradicional para o moderno, permitindo que as alterações ocorridas capacitem os indivíduos e as sociedades no maior domínio do seu próprio destino, ou seja, a população tem de ser instrumentalizada para acompanhar as mudanças tecnológicas, estruturais e políticas.

Produzir e consumir um maior número de produtos criam a falsa ilusão de crescimento econômico que, por sua vez, sustentam o conceito de

³ Baseado na Declaração do Direitos humanos: O desenvolvimento humano é muito mais do que o aumento ou quebra dos rendimentos nacionais. Tem a ver com a criação de um ambiente no qual as pessoas possam desenvolver o seu pleno potencial e levar vidas produtivas e criativas, de acordo com as suas necessidades e interesses. As pessoas são a verdadeira riqueza das nações. [...] As capacidades mais elementares para o desenvolvimento humano são: ter uma vida longa e saudável, ser instruído, ter acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno e ser capaz de participar na vida da comunidade. Ver em: Relatório de Desenvolvimento humano, 2001, p. 9

progresso da Humanidade, portanto desenvolvimento humano alcançado. Mas, é preciso diferenciar crescimento econômico de desenvolvimento humano, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) explica esta diferenciação no trecho:

O conceito de desenvolvimento humano é, portanto, mais amplo do que o de desenvolvimento econômico, estritamente associado à ideia de crescimento. Isso não significa contrapô-los. Na verdade, a longo prazo, nenhum país pode manter – e muito menos aumentar – o bem-estar de sua população se não experimentar um processo de crescimento que implique aumento da produção e da produtividade do sistema econômico, amplie as opções oferecidas a seus habitantes e lhes assegure a oportunidade de empregos produtivos e adequadamente remunerados. Por conseguinte, o crescimento econômico é condição necessária para o desenvolvimento humano [e social] e a produtividade é componente essencial desse processo. Contudo, o crescimento não é, em si, o objetivo último do processo de desenvolvimento; tampouco assegura, por si só, a melhoria do nível de vida da população (PNUD, 1996, p.01).

Desde o período da 1ª Revolução Industrial (1780-1830), parece ter sido encontrada a chave para a abundância através da associação de novas possibilidades produtivas, tecnológicas e políticas que se têm vindo a combinar até hoje. Na sequência dessas transformações, foi criada a ideia de que a base econômica constitui o centro da atividade humana, o que se traduz num excessivo valor aos aspectos econômicos das análises.

O Relatório de Desenvolvimento Humano de 1999, publicação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), enfatiza que o bem-estar de uma população está direta e indiretamente ligado ao processo de crescimento econômico do país, com aumento da produção e da produtividade, para assim ampliar as opções oferecidas a seus habitantes e lhes assegurar a oportunidade de empregos produtivos e adequadamente remunerados. Partindo do conceito adotado, entende-se desenvolvimento como a tentativa de solucionar os problemas da pobreza, nutrição, esperança de vida, mortalidade. Por outro lado se reconhece que o crescimento econômico não é um fim em si mesmo, mas um meio para melhorar os padrões de vida, diminuindo os níveis de pobreza, melhorando o nível de saúde e de educação dos indivíduos. A produtividade é um dos componentes essenciais desse processo. Contudo, o crescimento econômico não é, em si, o objetivo último do processo de desenvolvimento; tampouco assegura, por si só, a

melhoria do nível de vida da população. Ou seja, há outros índices importantes para se medir o desenvolvimento que não se materializa apenas com aquisição de bens de consumo.

Valorizar o potencial das capacidades humanas nos processos políticos, econômico e sociais, através do recurso às qualificações e capacidades traduz desenvolvimento humano. Esta ideia não rejeita o combate à pobreza e aos outros problemas sociais, mas destaca com lentes de aumento os investimentos no potencial humano, tendo em vista a emancipação social do indivíduo e o desenvolvimento das suas capacidades técnicas, sociais e intelectuais.

Para Ghai (1990), três interpretações são possíveis para Desenvolvimento Humano. A primeira refere-se ao desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico a partir do aumento do trabalho produtivo, maior incorporação de tecnologia e industrialização. A segunda entende o desenvolvimento como sendo a tentativa de solucionar os problemas da pobreza, nutrição, esperança de vida, mortalidade infantil, redistribuição do rendimento, educação, água potável e saneamento básico, entre muitos outros problemas sociais de que padece a humanidade. A terceira debruça-se sobre o potencial das capacidades humanas nas suas relações com os outros.

Para Furtado (2002), a primeira interpretação apresentada por Ghai (1999) é insuficiente para se ter um desenvolvimento humano, uma vez que o crescimento econômico não tem traduzido em melhoria efetiva de vida da população, com distribuição de renda mais justa do produto social, aumentando assim os padrões médios de vida das pessoas, para que possam desfrutar das liberdades política, social, cultural, numa nação realmente democrática. Furtado (2000), também enfatiza que o desenvolvimento econômico não resolve sozinho as carências humanas. Segundo ele, centrar-se apenas no aspecto econômico desvia-se a atenção social à tarefa básica de identificar as reais, urgentes e fundamentais necessidades da coletividade, além das possibilidades que abrem à humanidade os avanços da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os investimentos, as exportações e o crescimento.

Apenas o crescimento econômico não consegue promover o desenvolvimento humano, até porque os bônus desses empreendimentos econômicos não são socializados com a população na mesma proporção dos ônus. O desenvolvimento humano não deve ser encarado como sinônimo de crescimento econômico e, conseqüentemente, como crescimento do trabalho produtivo com maior incorporação de tecnologia e industrialização. Nesta interpretação, o interesse estaria focado apenas nos indicadores econômicos, recusando a abordagem do ponto de vista dos padrões de vida e da dimensão humana.

Nesta mesma linha, Castro (2001) argumenta que o progresso econômico que o Brasil vem conquistando ainda não foi capaz de melhorar, efetivamente, as condições de vida de nosso povo. Para ele, o Estado não tem sido apto para mediar os interesses privados e os interesses coletivos, nem mesmo os nacionais e os dos monopólios estrangeiros interessados em nossa exploração de tipo colonial, exercido por tanto tempo no Brasil. Em conformidade com Furtado (2002), Castro (2001) também destaca que o desenvolvimento não pode ser avaliado unicamente de forma quantitativa, visando apenas à base da expansão da riqueza material, do crescimento econômico e da maximização do lucro de alguns, mas compreender os aspectos qualitativos. Para ele, muitas áreas no Brasil cresceram economicamente, mas não desenvolveram, porque no seu entendimento desenvolver implica mudanças sociais sucessivas e profundas capazes de melhorar a vida das pessoas, possibilitando-lhes mais dignidade, felicidade e crescimento pessoal. Sen (2000) complementa, afirmando que o desenvolvimento deve colocar o ser humano num lugar privilegiado, central das preocupações político-sociais e que essas políticas públicas devem assegurar às pessoas melhoramentos efetivos nas áreas da saúde, educação, seguridade social capazes de promover mais liberdade e mais prazer na sua vida.

Como vimos, as perspectivas apresentadas incorporam-se, complementam-se. Assim, para que o desenvolvimento humano aconteça, na contemporaneidade, há uma série de metas a ser realizadas: promoção do

crescimento do potencial e das capacidades humanas; redução progressivamente da pobreza e das desigualdades sociais e a inclusão das transformações estruturais na economia a fim de melhorar a vida de todos de forma equitativa, sem comprometer o meio ambiente e as gerações vindouras.

Os autores contemporâneos estudados mais o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e seus relatórios anuais focam suas preocupações na humanidade e na preservação do planeta. Na época da articulista M. L. Alves, a ideia de desenvolvimento humano encaixava-se na primeira interpretação de Ghai (1999), ou seja, havia preocupações com os aspectos materiais, a produção de riquezas e a urgência de colocar o Brasil no rol das nações civilizadas⁴. Para isso, segundo Carvalho (2008), tornava-se necessário atingir o imaginário da população, com a criação de símbolos que representassem a pátria; ampliação da visão de mundo, centrada na cultura europeia, principalmente na francesa e a construção de novas condutas, moldadas pela educação, disciplina e valores morais e cívicos, passados pela família e a religião católica.

Inseridas, nesse contexto de profundas necessidades de transformações sociais e políticas à nação, as publicações de M. L. Alves (1910-1917) sustentam, historicamente, que, no discurso da época, a trilogia⁵: família, pátria e religião era requisito básico para o desenvolvimento humano. A família, primeiro grupo social de todo indivíduo, com a orientação da “rainha do lar”, será o espaço onde se aprenderá a lidar com a vida social. Nela, segundo a articulista, o indivíduo encontra as várias nuances da vida, lida com situações difíceis, os frutos amargos, os espinhos, mas também os sentimentos de pertencimento, acolhimento, os frutos deliciosos e as flores perfumadas. Nela, se aprende a dividir, a pensar na coletividade, tudo isso sob a direção daquela que é voz de comando, que ama incondicionalmente, mas orienta, vigia com o rigor e a disciplina do amor, tal como expresso no trecho a seguir:

A família é o mundo em miniatura; em seu recinto, o firmamento apresenta as variabilidades atmosféricas da primavera, verão, outono e inverno, nos diferentes membros que ela compõe: aí crescem as

⁴ Civilização no sentido de nação desenvolvida, com aumento do trabalho produtivo, industrialização e criação de hábitos higiênicos-sanitaristas.

⁵ Cada elemento da trilogia: família, pátria e religião será explorado no decorrer deste artigo.

árvores de frutos deliciosos ou amargos, aí vicejam as flores perfumadas e os rudes espinheiros, e tudo se move ao redor do centro que se chama a rainha do lar, a mãe da família. (ALVES, M. L. 1914, p. 243-246)

Essa visão de M. L. Alves (1914) está em conformidade com os ideais higienistas⁶ que vigoravam na época. O higienismo configurou uma nova conduta social à família brasileira com o fim de estabelecer a saúde psíquica e física que lhe garantisse filhos saudáveis. A família constituiu-se na peça mestra ao desenvolvimento humano, no projeto civilizatório do Brasil. Nesse sentido, era tarefa urgente criar um modelo de mulher, a rainha do lar, dedicada única e exclusivamente aos cuidados com o marido, os filhos e a administração doméstica. Para Rago (2012), a família era a formadora do caráter das crianças, nela se adquiriam os traços que definiriam a conduta da nova força de trabalho do país. Daí a enorme responsabilidade moral atribuída à mulher para o desenvolvimento humano e engrandecimento da nação, no sentido de formar indivíduos física e moralmente fortes, capazes de servir honradamente à Pátria.

Outro elemento importante dessa trilogia era a Pátria. Para a autora, o indivíduo que amava o lugar onde havia nascido, com certeza lutaria para seu crescimento, querendo vê-lo forte, independente, respeitado. E acrescenta que quando a recíproca era verdadeira, ou seja, a pátria que também respeitasse seus concidadãos colheria os frutos de nobres heroísmos e os teria sempre dispostos a servi-la, como destemidos autores dessa história, como bem ilustra o trecho abaixo:

Demos um vivo cheio de glória / à grande pátria, nosso Brasil / e que seu nome seja, na história, sempre coberto de aplausos mil. / Oh pátria, nosso empenho é ver-te respeitada / altiva no progresso avante a caminhar, / e, para te servir, jamais se há de excusar / nossa alma devotada. / Teu pavilhão sagrado é facho que ilumina / constante em nos mostrar a senda a percorrer / Brasil, por teu amor, lutar até morrer, / será nossa doutrina. (ALVES, M. L. 1917, p. 287)

Era preciso despertar no cidadão o sentimento de pertencimento, construindo assim as bases da sociedade brasileira que deveriam estar pautadas em alguns elementos significativos como a razão, progresso,

⁶ Cuidadoso estudo sobre a temática higiene/medicina social. Ver em: Rosen, George. **Uma história da saúde pública**. 2 ed. São Paulo: ABRASCO, HUCITEC, UNESP. 1994.

civilização, cultura, trabalho, higiene, estado, democracia, república e amor à pátria. Segundo Carvalho (2008), a nação brasileira deveria atuar com a finalidade já exposta na divisa “Ordem e Progresso” presente na Bandeira Nacional, idealizada a partir do lema: “ Amor por princípio, Ordem por base e o Progresso por fim.”⁷

Finalmente, o último elemento da trilogia, a religião, em especial, a Católica, a construtora e divulgadora dos valores morais, éticos, cristãos. Para M. L. Alves (1917), o Cristianismo, no exemplo de Jesus Cristo, possibilitou à humanidade os maiores tesouros: no mundo terreno, a paz de consciência, adquirida na certeza de estar bem servindo ao Onipotente; na vida espiritual, a existência plena, fruto de sua beatificação, como exposto no trecho:

E que há, na religião de Jesus Cristo, capaz de infundir acanhamento aos que a observam? [...] Nela, moral mais pura é pregada e exigida, o consolo é ministrado a todas as dores, não somente em teoria, mas no exemplo vivo de um homem Deus que, num excesso de amor incompreensível, procura obter o coração de sua criatura, para facilitá-la, dando-lhe, neste mundo, o mais invejável tesouro – a paz da consciência – e, depois das horas da vida, a recompensa eterna de sua visão beatífica. (ALVES, M. L. 1915, p. 61-62)

Como observamos, M. L. Alves (1915) legitima o discurso de sua época que girava em torno das ideias de progresso, civilização, pátria, liberdade, próprias do ideário republicano que, em alguns momentos, caminhavam junto às concepções tradicionais da Igreja Católica. Segundo, M. L. Alves (1915), a família forte, bem consistente em seus ideais; o sentimento de nacionalismo, sempre na perspectiva de se criar uma nação próspera; tudo isso fundamentado nas virtudes e valores morais passados pelo catolicismo, seria ideal para se formar e manter a ordem e o progresso de um Brasil civilizado, moderno e católico. Sendo assim, na visão de M. L. Alves, a família, pátria e religião, em harmonia, eram elementos-chave para a criação de uma nação civilizada, portanto, pilares para o desenvolvimento humano.

3.3 FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO HUMANO

A família era colocada como responsável pela difusão do ideário republicano e pelas expectativas positivas em relação à projeção do Brasil no

⁷ Frase positivista do filósofo francês Augusto Comte [1798-1857].

mundo da civilização⁸, nos moldes europeus, no início do século XX. Essa responsabilidade sob as famílias consistia em fazer transbordar o sentimento de nacionalidade nos membros familiares e nutrir grandes crenças de que a nação brasileira poderia crescer economicamente. Como bem ilustra o ufanismo de Celso⁹ (1997): *“Outros povos apenas se avantajam ao nosso naquilo que a idade secular lhes conquistou. O Brasil poderá tornar-se o que eles são. Eles nunca serão o que é o Brasil. [...] educação, o aperfeiçoamento, hão de vir”*. (CELSO 1997, p. 200). Nesse mesmo entusiasmo estava a articulista M. L. Alves: *“Grande é o país onde habitamos, porque nos concedeu aspirações tão elevadas, quantas as magnificências possui [...] reunis da luz da Europa ao grande sol da América [...] em breve, alcançar-lhe-emos.”* (ALVES, M. L, 1916, p. 33-36).

Nessa perspectiva, a família era fundamental nesse projeto cívico de colocar o Brasil na trilha da civilização. Mas, para que esse projeto se realizasse efetivamente, os valores morais, éticos, sociais e sanitários¹⁰ precisariam ser (re) construídos. O cuidado com a família fazia parte das metas do desenvolvimento humano, pensado na época, uma vez que possuía em seu seio o elemento principal para a construção de uma pátria civilizada: sua prole. Esses novos hábitos, valores e virtudes seriam os propulsores da modernização da sociedade brasileira que agora deveria envolver as instituições educacionais, responsáveis pela formação deste desejado novo cidadão.

Nesse sentido, a ideia de desenvolvimento humano estava centrada nos valores e nas virtudes morais, no amor, na solidariedade e, principalmente, no patriotismo. A família era a base desse desenvolvimento, por ser o agente de socialização e modelo desse projeto cívico. Tinha a tarefa de não só cuidar, proteger, zelar de seus responsáveis, mas também de firmar, legitimar sentimentos nacionalistas. Segundo M. L. Alves (1916), os interesses da

⁸ No mundo dos países desenvolvidos, num processo de industrialização, urbanização e expansão racional e capitalista (Parreiras, 2001).

⁹ A primeira edição do livro de Affonso Celso foi em 1900. CELSO, Affonso. Por que me ufano de meu país. 2 ed. –Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1997.

¹⁰ Hábitos sanitários envolvendo os cuidados com a alimentação, a higiene, a profilaxia, enfim com a saúde.

família deveriam estar subordinados aos da pátria. Formar uma família com responsabilidade era obrigação moral e social dos cônjuges, que deveriam preparar o(a)s jovens para servi-la, inculcando-lhe as obrigações de cidadão(ã). Para a autora, a família, dentro desse modelo de projeto cívico com centralidade total à prole, alvo de todos os seus investimentos, era sustentáculo do desenvolvimento humano. Por isso, dever-se-ia pensar com cuidado nos filhos que veriam, antes mesmo de se consumir o matrimônio, porque o casamento:

[...] legitimado pela benção de Deus, efetuado de conformidade com as prescrições da Igreja e sob a proteção das leis do país ou do contrato civil deve centralizar-se na prole que conceberá. [...] Esta instituição que prende indissolúvelmente dois seres, tendo o fim capital de construir a família, perpetuando a espécie humana, é de suma importância à nação [...] Para o resultado feliz da criação de filhos fortes e saudáveis, diversos predicados são necessários ao homem e à mulher, antes do casamento, salientando-se, entre eles, a idade, a consanguinidade, a saúde, a moralidade e o estado sanitário dos nubentes. (ALVES, M. L. 1910, p.57)

Nessa perspectiva cívica, M. L. Alves (1910) apresenta a família como núcleo da sociedade e a principal responsável pelo desenvolvimento humano de seus filhos e de seu país. Nela é que se formam todas as virtudes e se moldam o caráter do futuro cidadão. Para ela, a família não é apenas a primeira escola de disciplina moral, da qual os indivíduos saem formados para o seio da sociedade, mas também é o lugar onde as pessoas adquirem as principais virtudes individuais e de cidadão, além de encontrarem a verdadeira felicidade, o abrigo, o sustentáculo, desenvolvendo suas afeições, criando disciplina e fortalecendo sua energia. Para M. L. Alves (1910), é importante, conforme o discurso higienista, que haja uma preocupação dos cônjuges quanto à saúde física e moral de seu nubente, pois o fim capital do casamento era criar jovens saudáveis integralmente, para só assim, a Pátria poder:

[...] carinhosamente abrir-lhes os braços/ certa que, no porvir, /jamais se deterão, vendo embaraços / nas horas de a servirem./ Hão de ser fortes na peleja,/ tendo em mira o dever;/ das lutas a tormenta que esbraveja jamais o hão de lhes abater./ E seus pais, ufanando-se garbosos,/ ao vê-los assim de forma gentil, /remoçarão, sentindo-se orgulhosos, felizes entre mil. (ALVES, M. L. 1916, p.311)

M. L. Alves (1916), nos versos acima, exorta o jovem a servir a Pátria, sua obrigação cívica, patriótica. Para ela, era um grande orgulho para o rapaz poder cumprir suas obrigações para com sua nação, como também engrandeceria a família, trazendo-lhe o sentimento de dever cumprido, de ser cidadão útil a si e a pátria.

Ainda na defesa desse projeto de construção de nação civilizada, a expressão “cidadão útil” ganhava notabilidade. Desenvolvimento humano era sinônimo de trabalho produtivo. Ser útil era servir à Pátria, através do trabalho. Segundo M. L. Alves, era o trabalho que regularizava a existência humana, dando-lhe sentido: “[...] *sem o trabalho não se vive, vegeta-se; as nações depauperam-se e, finalmente, declinam para as trevas do aniquilamento.*” (ALVES, M. L. 1915, p. 305). Desenvolver-se significava produzir e para isso o cidadão tinha garantido por lei a livre iniciativa para desenvolver o país economicamente em qualquer ramo profissional.

A Constituição Federal de 1891, no art. 726, § 24, afirmava que era “[...] *garantido o livre exercício de qualquer profissão moral, intelectual e industrial*” (BRASIL, 1891). Esse dispositivo da legislação reforçava a urgência de prosperidade da nação. O Brasil precisava crescer economicamente, através do trabalho produtivo em diversas áreas de produção que não poderiam estar voltadas apenas para o trabalho braçal do período colonial. As novas tecnologias e processo de industrialização exigiam novas fontes de trabalho.

Para Miranda (2006), o trabalho no mundo moderno era tido como principal fonte geradora de riqueza, e a burguesia, estimulada por essa concepção, procurou inserir, a qualquer medida, os brasileiros no mundo produtivo. Para isso, contou com políticas públicas, legislações específicas e estratégias de controle social para manter a ordem e o progresso que se queria. De acordo com M. L. Alves (1913), o trabalho era tido como sinônimo de civilidade, dele dependia o crescimento econômico da nação. Todo processo de produção era necessário, o importante era produzir; por isso, neste contexto, não havia espaço para os indolentes, os preguiçosos, os vadios, como bem ilustra o trecho abaixo:

Um século lucra do antecedente as invenções, as descobertas, a soma de benefícios físicos, morais e políticos que das mesmas resultam. Quem ousaria comparar as miseráveis cabanas dos

primitivos, seus grosseiros utensílios, com aquilo que possuímos? Não há proporção entre o trabalho perfeito, executado por nossas máquinas, tão engenhosamente construídas, e o que saía, apenas esboçado, das mãos inábeis do homem. Porém todo o alicerce da real civilização repousa sobre a moral e a virtude. Civilizar-se é trabalhar; os indolentes não progredem porque, à semelhança do servo do engenho, enterram os talentos que o Senhor lhes confiou. [...] Os Judeus, entre outros povos, honravam o trabalho e os meninos eram obrigados a aprender um ofício, ordinariamente o de ser progenitor. (ALVES, M. L. 1913 p.32)

Na expressão da autora, acompanhando o credo vigente à sua época, o desenvolvimento humano só poderia acontecer através do trabalho. A dignidade e a honradez dos indivíduos eram adquiridas pelo trabalho que se traduzia em civilização, crescimento econômico. Portanto, os preguiçosos, indolentes, os que viviam em regime de escravidão enterravam seus talentos e não se desenvolviam. Para ela, o preguiçoso, irresistivelmente, entregava-se ao vício da ociosidade maléfica, destrutiva; já o escravo, obrigado a realizar serviços mecânicos em regime de exploração, não encontrava ambiente propício para desenvolver seus talentos e não poderia produzir adequadamente. Segundo ela, num discurso eugênico¹¹, os indolentes, os preguiçosos eram estorvos à sociedade, pois atrapalhavam o progresso nacional. Vale ressaltar que o trabalho infantil, como aprendizado de um ofício, não era visto como ilegalidade.

Podemos constatar que, no discurso da época, a força de trabalho era tida como valor supremo da vida em sociedade e traduzia desenvolvimento humano e econômico, pois civilizava, organizava e disciplinava o indivíduo, fazendo-o sentir-se produtivo, útil, elevando o seu moral. Aqueles que não contribuíam com sua força de produção eram, naturalmente, marginalizados. Todos deveriam trabalhar: os homens atendendo às obrigações públicas que exigissem autoridade, robustez, saúde, força; as mulheres, às tarefas obrigatórias relacionadas ao lar. Portanto, a educação destes dois públicos deveria ser diferenciada. Para eles, segundo Souza (1994), a preparação para uma profissão pública: militarismo, negócios, leis, administrações; para elas, já que tinham a missão considerada nobre de tornar-se o elemento de maior progresso na sociedade, ensinamentos voltados à administração do lar, à

¹¹ O discurso eugênico da autora não está ligado às questões raciais, mas às noções sanitaristas.

educação dos filhos. Segundo Costa¹² (1923 apud Almeida, 1998), a nação tinha alma de mulher: mãe, educadora, escultora dos caracteres, transmissora dos papíros sagrados da tradição, guarda fiel do amor da Pátria no coração de seus filhos. Logo seu dever para com a família só poderia ser incondicional, já que todo seu aprendizado direcionava-se para o bem-estar de toda a família, pois para isso era preparada, como bem ilustra M. L. Alves (1915) no trecho abaixo:

A menina, linda flor graciosa e cheia de encantos naturais, recebeu de Deus a missão de tornar-se, como sua mãe, o elemento de maior progresso na sociedade; e como conseguirá se não fizer um sério aprendizado? Se, na época em que fortemente ativa é a sua imaginação, não tiver o leme do trabalho para ocupar-lhe as horas, gozando, ao mesmo tempo, da amena companhia de sua mãe, para suavizar e embelezar, com a meiguice e desvelos conhecidos somente de um coração materno? (ALVES, 1915, p.121-123)

Na visão de M. L. Alves (1915), a vigília contínua da mãe era tarefa extremamente importante, confiada por Deus, pela natureza e pela Pátria, por isso não poderia fechar os olhos jamais em relação à orientação de seus filhos, principalmente às filhas. A menina da elite, “a linda flor graciosa e cheia de encantos naturais”, segundo Passos (1995), deveria receber “a educação da agulha” e a “educação de luxo”; a primeira ensinava as prendas domésticas, lições de como cuidar da casa, do marido e dos filhos; a segunda abrangia o estudo da língua vernácula, o francês, a música, pintura e noções matemáticas. Deveriam principalmente aprender valores morais, costumes e fé católica. Como analisa Passos (1995), essas meninas deveriam receber uma educação firme, específica com o fim de prepará-las para o cumprimento do papel que lhes foi confiado pela sociedade. A disciplina, obediência, resignação eram ensinadas e mantidas, bem como o controle de emoções e atitudes. A futura dona de casa, a futura mãe de família, deveria ser modelo de equilíbrio e serenidade. Sua atenção, dedicação exclusiva, zelo, carinho faziam parte de sua função natural e divina, porque a mãe de família desempenha:

[...] um sacerdócio no interior de sua casa, principalmente quando Deus lhe confia esses tesouros que chamam filhos. Assim é mister

¹² Emília de Sousa Costa, feminista e escritora portuguesa autora de romances e livros infantis, muito conhecida no Brasil. Ver em: ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e Educação: a paixão pelo possível*, São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.

que nada lhe passe despercebido, deve tudo saber, tudo enxergar, tudo ouvir, nesse domínio que lhe pertence por direito. A sua presença deve ser contínua, para não facilitar a introdução de abusos; em resumo há de ser providência visível de quantos lhe obedecem à voz. [...] Dos verdes anos principia a educação infantil, e ninguém melhor do que a mãe de família dispõe de aptidões para fornecê-las. (ALVES, 1915, p.124-125)

Na família, como base organizacional, o pátrio poder sobre os filhos pertencia ao pai, mas era a mãe que tinha a incumbência de, no limite do espaço doméstico, orientar e disciplinar os filhos, já que o pai, como provedor da família, estava ausente, buscando o sustento econômico. À mãe cabia a atenção periódica do lar, no sentido de nada lhe poder passar despercebido, o universo de seu lar era de sua inteira responsabilidade; portanto, cabia-lhe cuidar da saúde dos membros da família e a administração da casa. Dessa sua dedicação dependiam seus filhos e o futuro da pátria, tal como referendado por M. L. Alves no trecho abaixo:

Para nós, senhoras mães de família, o trabalho que nos impôs o Criador, aliás muito nobre e de muito sérias consequências, é ininterrupto. Muito tempo que ver, muito que regular no interior do lar, e um momento desperdiçado pode acarretar males funestíssimos. E a mãe de família não deve cuidar somente em bem aproveitar do tempo, mas cumpre-lhe exigir de todos os que lhe são dependentes o emprego consciencioso dessa riqueza, que o Altíssimo concedeu a todos os mortais, como singular recurso para a obtenção de um prêmio eterno, e que denominamos tempo.[...] O marido, os filhos, os criados roubam-lhe os instantes de atenção, porém, em todos, deve encontrar cooperação, para que seu lar prospere e a miséria nunca se atreva a bater-lhe à porta.(ALVES, M. L., 1915, p.211-214)

Como a família era um dos pilares para o desenvolvimento humano, no credo da época de M. L. Alves (1915), a administração e o sucesso dessa família dependiam da atuação da rainha do lar, que deveria também ter comando para envolver todos na cooperação familiar. Mais do que cuidar de filhos e do marido, a mãe de família tinha de garantir cidadãos saudáveis física e moralmente à sociedade. A missão pública da mulher era limitada por essa relação com a Pátria que exigia dela vigilância contínua, de forma atuante e soberana para a formação dos futuros cidadãos.

No discurso de M. L. Alves (1915), para se alcançar o desenvolvimento humano preconizado na época, a família deveria contar com um modelo de mulher que aglutinasse, além da administração do lar, atributos de pureza, doçura, moralidade cristã, maternidade, generosidade, espiritualidade e

patriotismo, mas também firmeza, segurança, pois era a única responsável por toda beleza, bondade, disciplina que deveriam impregnar a vida social. Segundo Almeida (1998), no imaginário da sociedade brasileira no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a mulher, na categoria de a “rainha do lar”, graças aos pensamentos positivistas e higienistas, deveria preservar sua majestade, dedicando-se integralmente ao seu reino e súditos. Dela dependia o sucesso ou a ruína da família. Seu reconhecimento social dependia de seus atributos maternos e educadores, como bem ilustra o trecho abaixo:

A função da mulher na vida social é fecunda, porque, se os homens fazem as leis, as mulheres estabelecem os costumes, afirmam notáveis pensadores. Certifiquemo-nos d’essa asserção, seguindo a mulher desde o alvorecer da existência. No doce aconchego do lar doméstico, salvaguardada pelos carinhos maternos, dos pesados encargos das responsabilidades, a menina, aparentemente, não tem mais que fazer do que acompanhar a luz da estrela-farol que indica o porto da entrada da vida. Mas nem sempre continuará nesse primitivo estado de agradável dependência, há de obedecer à lei da evolução natural, transpor o marco da infância, atingir a adolescência, onde os deveres, que lhe hão de pesar sobre os ombros serão tão graves que lhe quebrarão as forças, se muito cedo não se exercitar em encará-los de ânimo absoluto. Mais tarde, quando mulher, não será apenas a dispenseira da casa, a alma da economia que nela deverá reinar, há de ser vigilante sentinela, incumbida de afastar os roubadores da tranquilidade familiar e aos predicados de ordem e trabalho, forçoso lhe será reunir o da solicitude moral, porquanto, para melhor defender o santuário doméstico, cumpre torná-lo atraente. (ALVES, M. L. 1914, p.253-256)

Para M. L. Alves (1914), o papel da mulher era valorizado dentro do campo privado: o trabalho da esposa como organizadora das tarefas domésticas de forma atraente, orientadora moral e religiosa da família. Não só os homens desempenhariam um papel importante dentro da sociedade brasileira, a mãe de família, além de contribuir para o engrandecimento da Pátria, com respaldo da Igreja Católica era presença constante na vida familiar, assumindo as responsabilidades de cunho moral, econômico, político, necessários à sociedade brasileira, num momento de ânsia de progresso da nação. Segundo Passos (1999)¹³, esse espaço privado da mulher era limitado, isto é, seu lugar era na plateia, como espectadora que assiste, ouve, silencia e

¹³ Ver essa percepção de privado e público no livro de PASSOS, Elizete. **Palcos e plateias** - as representações de gênero na Faculdade de Filosofia . Salvador: UFBA, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher. 1999.

passa sem marcar sua presença. Quanto ao homem, a sociedade reservou-lhe o espaço público, aquele de maior visibilidade, sucesso, destaque, ou seja, o palco, lugar de pessoas importantes que não passarão pela vida de forma despercebida.

Através do discurso de M. L. Alves (1914), constatamos que o argumento nacional de se estabelecer a função social e política da mulher nos limites do lar também foi veiculado na voz da própria mulher que, geralmente, rejeitara as teses do movimento feminista revolucionário que se disseminava na Europa e Estados Unidos¹⁴. Todo seu discurso está voltado para feminismo cristão, como se pode ver no excerto do artigo:

O feminismo Cristão, reconhecendo na mulher igualdade e nobreza destinadas ao mesmo fim, proclamando-a livre, capaz de adquirir conhecimentos, dirigir-lhe, entretanto, as faculdades de modo que possa desempenhar-se delas com inexcedível proficuidade. Bem longe vão as eras em que a Igreja Católica principiou a se ocupar da mulher, desde seu início, consagrou-lhe cuidadosa atenção. Se folhearmos a História, um relançar de olhos, que nos apresentará o paganismo? – A maior degradação para a mulher: pertencia ao homem que a governava e dela dispunha como bem lhe aprazia. (ALVES, M. L., 1911, p. 63-64)

Como vimos, o discurso da articulista defendia o feminismo cristão, ou seja, um feminismo que reconhecia as potencialidades da mulher, com garantia de seus direitos como cristã e ser humano, livre da opressão masculina, mas ao mesmo tempo tentava conformar a mulher como importante agente civilizatório, apenas no seio familiar, principal espaço de sua intervenção social, na condição de esposa e mãe. Reconhecia-lhe o respeito recebido em âmbito familiar, graças a Igreja Católica, mas a limitava a um único fim sem a possibilidade de participação nas questões de campo social e político, fora do ambiente familiar. Para a autora, toda a ação social da mulher deveria “[...] *dimanar da Igreja de quem se considera filha e dos princípios por ela doutrinados, para que tenha a força que visa progresso moral da família, da sociedade e da pátria.*” (ALVES, M. L. 1911, p. 23).

Apesar de o discurso de M. L. Alves (1911) pregar a defesa por um maior espaço feminino na vida social e pública, não conseguiu se desligar das

¹⁴ O feminismo teve início a partir das últimas décadas do século XIX na Europa e em 1840, na Convenção dos Direitos da Mulher em Nova Iorque. Ver em: PINTO, Céli Regina Jardim. **Feminismo, História e Poder**. Revista de Sociologia e Política v. 18, n. 36, p. 15-23 Jun. 2010, Curitiba. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf> >. Acesso em 23 ago. 2013

teses que reafirmavam a predestinação natural da mulher à vivência delimitada pelo espaço doméstico. Segundo a autora, o alcance à esfera social e pública, através do estudo, tinha como fim primordial melhorar o desempenho da mulher na organização da vida familiar, ponto que devia ser um dos fortes argumentos contra a luta das mulheres por sua emancipação pública efetiva. Como bem ilustra o trecho a seguir:

Atualmente, as feministas, compenetradas da significação real deste termo, empenham-se em aproveitar os talentos naturais para que a mulher se torne verdadeiramente a co-participadora e até a iniciadora de muitas grandes empresas humanas no lar doméstico, onde manifesta a soberana influência como filha, irmã, esposa ou mãe, centro radiante que tudo vivifica. Entre esses ministérios um dos mais importantes é o do interior, que compreende governo de casa, mando, filhos, criados, ordem, asseio, roupa e cozinha. (ALVES, M. L. 1911, p. 33-34).

Embora M. L. Alves (1911) defendesse a ideia de que era necessário o aprimoramento das mulheres através da educação, esse objetivo não estava voltado para o crescimento pessoal da mulher, mas em prol da família, tida como elemento principal para o desenvolvimento humano. Cabe salientar que esse discurso moralista e conservador da autora em relação à posição da mulher contradiz com sua própria atuação, uma vez que ela assume no setor público um espaço que até então era exclusivamente masculino: a imprensa. Como redatora-chefe da revista *A Paladina do Lar*, ela invade um setor que lhe possibilitou visibilidade, ganhar voz, apresentar sua produção artística. Sua função não estava restrita ao espaço doméstico, pelo contrário, era também professora, ou seja, acumulava funções sociais importantes na época, ambas formadoras de opinião. Outro discurso que contraria sua atuação pública envolve sua visão sobre os papéis sexuais. Ela defende a superioridade do homem e inferioriza o da mulher, negando sua capacidade criativa, como bem ilustra abaixo:

No homem, predomina a síntese e, na mulher, a análise; entre os dois sexos a mesma dessemelhança. [...] Para que as ideias gerais de igualdade e política impressionem a mulher, indispensável se torna que lhes passe pelo coração; porque, se, pelo estudo, chega a compreender as abstrações, raramente consegue inventar e ainda menos criar. [...] A rijeza, a tenacidade, o vigor constituem o fundo do caráter do homem [...] quando convicto de sua superioridade arrisca-se impávido nas batalhas da vida. (ALVES, M. L. 1911, p. 38-39)

Como força central da família, sustentáculo para o desenvolvimento humano, a mulher, apesar de assumir uma função que lhe exigia força, firmeza de caráter, segurança, segundo M. L. Alves (1911), era vista como aquela que possuía características muito sensíveis, do “sexo frágil”. Portanto só era capaz de pensar através do coração, logo tinha dificuldade de inventar, criar, porque tal feito exigia objetividade, poder de síntese que só os homens possuíam. Segundo Rago (2012), a história do sexo feminino, cheio de afabilidade de trato e benevolência trouxe à luz as inúmeras construções estigmatizadas e misóginas no discurso médico-higienista, no início do século XX, para o qual a constituição física da mulher por si só inviabilizaria sua entrada no mundo dos negócios e da política. Sua função social e natural para o desenvolvimento humano estava voltada para o campo privado da família e seu papel político restringia-se ao de educar seus filhos e encaminhá-los ao trabalho, tornando-os cidadãos úteis a si e à pátria. Para isso a educação formal, outro pilar importante para o desenvolvimento humano, se fazia urgente, porque a criança, futuro da nação, precisava ter garantidas as possibilidades de

alargar seu horizonte intelectual [...] desafiar sua curiosidade, aguçando-a sempre mais nos véus misteriosos em que se envolvem [...] provar a magnitude humana, aparentemente mesquinha e sem constituição física, e grande, inexcedível nos feitos que executa. Confrontar a civilização passada e a moderna; conviver com os séculos que se foram, com os homens que nele se imortalizaram; cultivar, enfim, as faculdades superiores de modo que se tornem submissas ao querer da vontade. (ALVES, M. L. 1913, p.8)

Segundo Carvalho (2008), a Primeira República idealizou um desenvolvimento humano com a construção de um sistema educacional padronizado em função das novas exigências com a urbanização e a industrialização. Para tanto, era preciso alargar os campos de conhecimento, portanto o investimento em educação tornava-se imperioso. Para ele, o ideal de modernidade voltava-se para o conhecimento científico, procurando reorganizar a escola, como também, racionalizar o ensino, criando métodos e preocupando-se com um currículo escolar que possibilitasse ampliar os saberes, para isso era necessário:

o estudo da língua vernácula, do francês, do inglês, do alemão, da geografia, das matemáticas etc., no menor espaço de tempo, porque tais conhecimentos habilitam o indivíduo a granjear a consideração

dos compatriotas e estrangeiros e obter boa colocação. (ALVES, M. L. 1914, p.123-127)

Todavia esse conhecimento formal científico deveria ser destinado aos homens, as poucas mulheres que tiveram acesso à educação formal, diante dessas novas mudanças e preocupações, continuavam responsáveis pelos afazeres domésticos ou com estudos que fossem direcionados ou semelhantes aos cuidados que teriam com seus próprios filhos, daí as ocupações como professoras e enfermeiras. Segundo Passos (1999), a escola reforçava e legitimava esse modelo: conhecimento científico àqueles que se firmavam pela audácia e pelo desempenho na vida pública – os homens; noções básicas àquelas que foram feitas para o casamento, onde seriam protegidas por alguém que decidiria sua vida. Para ela, essa educação diferenciada entre os sexos objetivava tornar desiguais homens e mulheres a fim de destiná-los a lugares e papéis, que atendiam aos interesses da sociedade.

Para se alcançar o desenvolvimento humano, o lugar e o papel da mulher já estavam definidos: gerente do lar. Para tal atividade, receberia uma educação básica, com conteúdos da economia doméstica, noções de higiene e saúde. Também deveria ser munida para governar sozinha sua casa, portanto lhe cabia uma vigília redobrada em toda sua conduta que não poderia ser maculada, nem mesmo nos momentos de entretenimento, através das leituras que fazia. Deveria evitar qualquer romance ou periódico que pudesse lhe trazer fantasias e ilusões pecaminosas à vida conjugal.

O tempo da mocidade, senhoras mães de família, é o único próprio à sementeira dos bons costumes; necessário é governar a imaginação da menina que, no seu lar, cercada de carinhos, ideia luminosa forma dos homens e das coisas; é necessário que ela se instrua na economia doméstica, base da prosperidade familiar; é necessário que, confiando em vosso critério, não leia coisa alguma que não autorizeis; é necessário que lhes ensineis a refrear a volubilidade das palavras que tantos males origina. (ALVES, M. L. 1915, p.121-123)

A Igreja Católica também reforçava essa educação diferenciada dos sexos como princípio e tornou-se aliada dos interesses das oligarquias, permanecendo na direção de boa parte do ensino destinado às mulheres, por meio dos seus colégios religiosos, que foram responsáveis pela educação das filhas da elite. Mesmo a Constituição Republicana de 1891 separando Igreja e Estado, estabelecendo a laicidade deste, a Igreja Católica não foi afastada do

ensino e continuou, ao contrário, influenciando a vida da sociedade e orientando às famílias ao ensino religioso, como comprova o trecho a seguir:

Há pais de família que julgam exonerados de ensinar a religião aos seus filhos, temendo violentar-lhes a consciência, esperando que a idade lhes aponte a vereda a prosseguir, como se, em assunto de tal grandeza, fosse permitido semelhante modo de proceder. Acontece, pois, que tudo ignorado, aceitam sem relutância a doutrina mais conforme às naturais inclinações. (ALVES, M. L.1914, p. 123-127)

Nesse contexto, a Igreja Católica continuava prevalecendo, pois os seus preceitos religiosos eram responsáveis pela educação que os pais passavam aos filhos e filhas que só poderiam adquirir valores morais retos e disciplinares, conhecendo e respeitando as leis do catolicismo. Era preciso educar a natureza, disciplinar, moldar o indivíduo.

Segundo Manoel (2004), nas primeiras décadas do século XX, a educação feminina nas escolas ou internatos religiosos visava preservar a moral e a instrução da mulher para o lar, por isso deveria entrar num processo de vigília permanente, procurando sempre resguardá-la dos desvios que pudessem denegrir a imagem da mulher perfeita. O padrão de mulher perfeita era aquela que fosse instruída para o lar e para o esposo. Essa postura favorecia o discurso hegemônico de que mulher tinha sina natural de cuidado com o lar. Vale a pena ressaltar que, em razão do insignificante número de escolas públicas no país, apenas as mulheres da elite encaixavam-se nesse perfil.

As instituições formadoras da mulher: família, escola e igreja Católica reforçavam o padrão já então colocado sobre a mulher. A educação feminina era estabelecida numa relação mecânica entre diploma e casamento. Essa era a proposta das filhas da elite quando ingressavam em instituições privadas.

Tendo vossa filha um altar em vosso coração, como não desejais que o tenha também no coração daquele que há de compartilhar a existência? E como a deixais entrar desarmada no combate, obrigada, fatalmente, aprender às próprias custas? [...] Raro não é que, acompanhando o marido, separe-se a donzela do lado materno, para viver com a sogra e as cunhadas, as quais motivos não têm para dispensar-lhe a indulgência de que carece, na inércia em que se acha para o governo de seu lar. (ALVES, 1915, p.123-125)

Como a educação dispensada às mulheres era diferenciada, cabia, inicialmente, às mães, por meio da disciplina, ensinar-lhes os comportamentos honrados ao casamento, passando-lhes modelos de conduta que consistia em construir suas vidas pela imagem de pureza da Virgem Maria, a mãe de Jesus. Segundo Louro (2003), esperava-se que as meninas, colocadas sobre um altar, pudessem, através do símbolo mariano, cumprir sua sagrada missão da maternidade e conservar sua pureza. Nesse altar, o ideal feminino implicava recato, pudor, busca constante de uma perfeição moral e aceitação de sacrifícios em prol de um bem maior: o desenvolvimento humano da família. O modelo feminino a ser seguido: ingênuo, puro e casto, imprimiu marcas que contribuíram para formatar o papel da mulher às exigências sociais, econômicas e religiosas daquele contexto histórico.

Para M. L. Alves (1915), era a família o grande destaque ao desenvolvimento humano e a mãe como sua representante-mor, com muita sabedoria, cabia à orientação de suas filhas e abrir-lhes os olhos sobre as obrigações familiares que adquiririam com o casamento. Por isso era necessário vigiar os comportamentos e sonhos das virgens, numa disciplina que, como relata Passos (1995), fosse capaz de estabelecer limites, fazer proibições, indicar obrigações, garantir a obediência, determinar e modelar os gestos e as atitudes das meninas.

No ideal de desenvolvimento humano, preconizado por M. L. Alves (1915), a mulher por ocupar um espaço especial, no sentido de ser o pilar da casa, não poderia estar com a cabeça nas nuvens, vulneráveis a pensamentos fúteis, frívolos. Enquanto a rainha do lar, com sabedoria e autonomia, ela deveria proporcionar um ambiente de segurança, cuidando da alimentação e saúde de todos os membros da família; atentando à educação dos filhos e administrando os criados e a economia doméstica, por isso deveria ser instruída para instruir sua prole.

A educação, diz Gustave Le Bon¹⁵, é a arte de tornar consciente o inconsciente, a prosperidade de um povo depende mais de seu sistema educativo do que de suas instituições ou de seu governo.[...] O engrandecimento da sociedade é o produto do interesse voltado à solução do problema educativo. (ALVES, 1910, p. 58-60)

¹⁵ Gustave Le Bon (1841-1931), fundador da Psicologia Social.

Segundo o discurso da autora, a educação promove o desenvolvimento humano, porque possibilita a conscientização, impulsiona prosperidade e engrandece a Pátria. O indivíduo educado “[...] torna-se capaz de corresponder ao bem-estar da família, à elevação da pátria e da sociedade, tarefa sublime e nobilíssima” (ALVES, 1910, p. 59-62)

No seu conceito, a educação diferencia-se da instrução. Cada uma tem suas peculiaridades. A instrução visa, em particular, ao cultivo das faculdades mentais, colecionando uma série de conhecimentos unicamente aproveitáveis, quando dirigidos por aquela. Já a educação é viva, dinâmica, desperta, aguça curiosidades. Observe como ela explica, através dos autores Paulo Bert¹⁶ e Ramalho Ortigão¹⁷:

Depois de expor o plano de instrução em uma democracia, Paulo Bert observa: “Nada disto tudo é a educação senão a matéria da educação. É necessário que a vida circule no meio dos conhecimentos e os anime. Sem ela, todo este conjunto de fatos que sobrecarregam a memória a sobre-excitam a inteligência podendo formar um negociante sagaz, um hábil industrial, talvez um sábio ou um poeta, não formam um homem nem tão pouco um cidadão”. [...] Diz também o Sr. Ramalho Ortigão: “Uma casa provida de bons livros, de bons laboratórios, com bons programas de ensino, bons mestres, bom ar, boa mobília e boa luz, é, quando muito uma fábrica das ciências. [...] Para que se transforme num instituto de educação é preciso que nela se imponha à mocidade, por meio da mais rigorosa disciplina o sentimento da solidariedade social, o espírito de esforço e de sacrifício na subordinação ao dever, à regularidade, à exatidão, à firmeza do porte, de acordo com a firmeza do caráter, em todos os atos da vida”. (BERT e ORTIGÃO apud ALVES, 1910, p. 61-65)

Para M. L. Alves (1910), o desenvolvimento humano e, conseqüente crescimento econômico de uma nação depende do seu sistema educativo. A educação, como um dos pilares do desenvolvimento humano, deve despertar o sentimento de solidariedade social, o espírito de esforço e de sacrifício para melhor servir à Pátria. Para ela, a educação deve orientar a vida moral e formar integralmente os seres humanos. Observamos que o conceito de educação de M. L. Alves (1910) estava impregnado de uma rigorosa disciplina, capaz de modelar o homem de acordo com o estabelecido como melhor, ideal e esperado.

¹⁶ Paul Bert (1833-1886), fisiologista francês.

¹⁷ Ramalho Ortigão (1836-1915), escritor português.

Observamos, no discurso de M. L. Alves (1910), o estabelecimento de um modelo de família nuclear, organizada hierarquicamente em torno de uma rígida divisão sexual de papéis, onde o homem era responsável pelo sustento da família e a esposa pela educação dos filhos e cuidados do lar. Esse modelo familiar, responsável por elevar os valores morais, cívicos, patrióticos, era o principal veículo para o desenvolvimento humano capaz de garantir o crescimento econômico do Brasil.

As publicações de M. L. Alves (1910-1917), na revista *A Paladina do Lar*¹⁸, permitiu-nos identificar e constatar elementos propulsores necessários ao desenvolvimento humano. Na época, envolviam ações voltadas ao engrandecimento da Pátria, através da família - célula base da sociedade - e da educação. No contexto da revista, com os olhos voltados ao público feminino religioso, a redatora cobrava direta ou indiretamente posicionamentos atuantes das leitoras na direção do desenvolvimento humano. Seus objetivos políticos, neste sentido, seriam o de informar, “conscientizar”¹⁹, disciplinar e orientar as mulheres quanto à responsabilidade de transformação dos filhos em cidadãos conscientes que pudessem cultivar valores éticos, cívicos, incluindo o amor à pátria e a conduta dos indivíduos na sociedade.

3.4 A PÁTRIA E O DESENVOLVIMENTO HUMANO

As pessoas são o centro do desenvolvimento humano, portanto seu território e a sua cultura devem lhes assegurar um espaço em que possam se exprimir, argumentar, criticar, denunciar, dialogar, exigir, reivindicar, transformar, participando como agentes sociais, culturais e políticos de sua nação. Enfim, poder exercer sua cidadania plena, seu direito às “liberdades substantivas”, como bem define Sen (2000), aquelas liberdades que lhes garantam: participação efetiva nos destinos de sua comunidade; qualidade de vida, envolvendo segurança econômica e física; proteção contra fomes e doenças tratáveis; acesso a mecanismos de combate a diversas formas de discriminação e transparência nas relações sociais e políticas. Para ele, o

¹⁸ A revista *A Paladina do Lar* foi nossa principal fonte de pesquisa.

¹⁹ Conscientizar no sentido de a mulher ter ciência de seu papel: promotora do sucesso da família.

desenvolvimento humano envolve liberdade com participação democrática e sustentabilidade. As liberdades substantivas definidas por Sen (2000) promoverão o empoderamento²⁰ do indivíduo que ganhará mais autonomia para decidir sobre sua vida e sentir-se pertencente ao contexto em que atua. Esse sentimento de pertencimento fortalece seu sentido de nação, de identidade nacional, responsável pelo aumento da autoestima, do autorreconhecimento ético-cultural. Segundo Antunes (2002), esse poder identitário ativa a autoconfiança do indivíduo, a sua proatividade, o sentimento de pertença e de devir, entre outros.

O respeito à cultura nacional fortalece esse sentimento de identidade que, na época da articulista M. L. Alves, apostava na família e na educação para disseminá-lo. No início do século XX, a ideia de desenvolvimento humano estava centrado na ideologia republicana de (re)construir uma identidade nacional, despertar o sentimento de pertencimento ao território brasileiro com o fim de formar cidadãos capazes de conquistar o crescimento econômico do país. Sendo assim, desenvolvimento humano era tradução de patriotismo, de identidade e unidade nacional.

Para despertar essa identidade nacional, segundo Carvalho (2008), a República brasileira construiu um conjunto de símbolos nacionais que seriam nutrientes necessários para despertar no cidadão brasileiro esse sentimento de unidade que deveria ser orquestrado pela família, escola e religião. Dentre esses símbolos, M. L. Alves destaca o ícone, o mártir, o mito da República brasileira, Tiradentes, como exemplo de verdadeiro amor à pátria.

Amar a pátria é sentir a legítima aspiração de vê-la grande, forte e respeitada entre as nações. [...] O protomártir da independência nacional, o alferes Joaquim da Silva Xavier é um exemplo do quanto asseveramos. [...] Brasileiros, imitemos a Tiradentes no civismo, no heroico devotamento, na coragem inexcedível e honremos de todo o coração a sua memória.(ALVES, M. L. 1916, p. 93-99)

Neste artigo, M. L. Alves incita o povo brasileiro, através da figura heroica de Tiradentes (1746-1792), referência aos exemplos de heroísmos, que morreram lutando pelos seus ideias de liberdade, a também lutar pela pátria. Segundo Carvalho (2008), Tiradentes foi o herói que mais alcançou

²⁰ Empoderamento como “um construto que liga forças e competências individuais, sistemas naturais de ajuda e comportamentos proativos com políticas e mudanças sociais”

popularidade, porque sua imagem, difundida pelos escritores da época, aproximava-se da imagem usual de Jesus Cristo. Para ele, o herói republicano era multifacetado, servia à direita, ao centro e à esquerda. Era o Cristo e o herói cívico; o mártir e o libertador; o civil e o militar; o símbolo da pátria e o subversivo.

Esses símbolos e rituais nacionais, segundo Guibernau (1997) foram fatores decisivos no processo de homogeneização; possuíam o poder de promover a união dos indivíduos, acentuando seu senso de comunidade. Os indivíduos, ao se identificarem por meio de uma cultura comum, estabelecem laços emocionais relativos às crenças e aos valores, que, internalizados, passam a ser concebidos como parte de si mesmos. Era essa emoção, investida nesses elementos, a forma de desenvolver sua identidade e facilitar a difusão dos nacionalismos cujas forças vinham da qualidade de se criar esse senso de união em prol de um bem maior: o desenvolvimento humano e, conseqüente, econômico.

No contexto da autora, o desenvolvimento humano, como tradução de patriotismo, exigia trabalho, responsabilidade social, compromisso consigo e com os outros. Servir à Pátria, através de trabalho, trazia o penhor de honradez e de felicidade. Sendo assim, os que se negavam a trabalhar pela nação não poderiam ser considerados indivíduos honrados nem felizes, porque ao se entregarem

à ociosidade, não poderão ser felizes; hão de viver sempre contrariados e aborrecidos, procurando o meio de matar o tempo, porque a ociosidade lhes envenena as horas, causando-lhes todos os males imagináveis. Assim como na água estagnada se criam e multiplicam, aos milhares, os animais imundos e nocivos; na alma indolente nascem e frutificam os maus pensamentos, produtores das ações repreensíveis. [...] É o preguiçoso um ser inútil, desperdiça as mãos largas, o tesouro preciosíssimo do tempo e passa, entre seus semelhantes, sem vestígios deixar de sua passagem, morrendo sem inspirar saudades aos sobreviventes, visto como não quis se aproveitar das faculdades superiores, que o constituem rei de toda a criação. (ALVES, M. L.1915, p. 211-212)

Para a autora, não se podia pensar em desenvolvimento humano, numa sociedade que trazia em seu seio “seres inúteis”, parasitários, verdadeiras vergonhas ao país que queria ser civilizado, rico, desenvolvido. Segundo Miranda (2006), os desabrigados, os mendigos e desocupados, na Idade

Média eram vistos como pessoas passíveis de receber caridade; a partir do século XVIII, passam a ser conceituados como ociosos, vadios e vagabundos e, na Idade Moderna, era preciso inseri-los, a qualquer medida, no mundo do trabalho, fonte geradora de riqueza. Para isso, a burguesia procura contar com políticas públicas, legislações específicas e estratégias de controle social para manter a ordem e produzir prosperidade.

A riqueza de uma nação dependia da força de trabalho de pessoas dignas, honradas, compromissadas e, ativamente, produtivas. Esta valorização da força de trabalho pode ser traduzida no trecho abaixo:

A todos, quer sejamos ricos ou pobres, artistas ou proletários, agricultores ou industriais, financeiros ou negociantes: quer tenhamos o dote da ciência ou dela estejamos privados, cumpre trabalhar com utilidade, visto que somente dessa maneira gozaremos dos efúvios do bem moral, intelectual ou material; os ociosos, a qualquer classe a que estejam filiados, não passam de repugnantes parasitas. E a vida parasitária, incontestavelmente, conduz à degeneração. [...] A ociosidade é a perda do homem, corroendo-lhe as fibras do coração, vai intoxicando, pouco a pouco, o organismo particular, para depois estender-se ao grande corpo social, causando-lhe a desonra e a desgraça. (ALVES, M. L. 1915, p. 335-340)

Segundo a articulista, independente da qualificação econômica ou profissional do indivíduo, era preciso que ele trabalhasse com utilidade, com responsabilidade, para que pudesse participar do bem moral, intelectual ou material que seriam resultados automáticos do seu bem servir. Para ela, os ociosos desonravam a si e à sociedade já que todos os atos privados, mesmo indiretamente, possuíam uma ressonância social e provocavam consequências maléficas a todos.

Nesta mesma linha, alguns intelectuais, dentre eles, Monteiro Lobato²¹ (1882-1948), literata pré-modernista, consideravam os ociosos e vadios como pesos mortos da sociedade, pois eram improdutivos e oneravam a nação, impossibilitando-a de alcançar um crescimento satisfatório. Monteiro Lobato havia assimilado e incorporado o discurso eugênico que advogava por melhores condições de saúde, como o caminho para a restauração do indivíduo brasileiro. No transcorrer do ano de 1918, redigiu vários artigos, nessa perspectiva sanitaria, publicados pelo jornal *O Estado de São Paulo*.

²¹ Posição eugênica evidenciada na obra *O presidente negro*. Ver em: LOBATO, Monteiro. *O presidente negro*. 1 ed. São Paulo: Globo S. A., 2008.

Mais tarde escreve uma ficção científica, ambientada nos Estados Unidos, no ano de 2228, intitulada *O presidente negro*. Nele, Lobato (2008)²², nesta perspectiva, fez largo uso dos preceitos eugenistas vigentes no período e prever o futuro daquele país:

O característico mais frisante dessa época, todavia, estava na organização do trabalho. Todos produziam. Muito cedo chegou o americano à conclusão de que os males do mundo vinham de três pesos mortos que sobrecarregavam a sociedade – o vadio, o doente e o pobre. Em vez de combater esses pesos mortos por meio do castigo, do remédio e da esmola, como se faz hoje, adotou solução muito mais inteligente: suprimi-los. A eugenia deu cabo do primeiro, a higiene do segundo e a eficiência do último. Aliviada da carga inútil que tanto a embarçava e afejava, pode a América aproximar-se de um tipo de associação já existente na natureza, a colmeia – mas a colmeia da abelha que raciocina. (LOBATO, 2008, p.117).

Mesmo Lobato (2008) adotando, no seu romance, os Estados Unidos, com o fim de exaltar a civilização e prosperidade deste país, sua verdadeira intenção era criticar os rumos tomados pela república em relação ao povo brasileiro. Criticava o atraso brasileiro e apontava na população um dos grandes males da sociedade: a indolência e pouca produtividade do brasileiro que emperrava os motores do progresso. Para isso era urgente instituir a nação brasileira para que estivesse preparada para a vida urbana, industrial e civilizada. Mas, na visão de Oliveira Viana (1883-1951), Gilberto Freyre (1900-1987) e Sérgio Buarque Holanda (1902-1982), a população do Brasil ainda não estava apta à civilização devido à herança rural e patriarcal que delineava a sociedade brasileira. Segundo Freyre (2000), a herança do patriarcalismo estava fortemente presente nas relações brasileiras e, muitas vezes, determinava a configuração da Casa-Grande e Senzala, ou seja, os senhores envolviam patriarcal e sexualmente os escravos, numa relação originada no sadismo dos senhores e no masoquismo dos escravos. Essas relações faziam com que as diferenças entre as classes sociais não se tornassem muito nítidas nem despertassem a luta de classes. Já Holanda (1997) destaca a cordialidade do homem brasileiro e a organização compacta da família patriarcal ainda pautada nas raízes rurais faziam da sociedade brasileira uma comunidade de afeições e deveres, ou seja, as oligarquias determinam as leis

²² O livro *O Presidente Negro* foi publicado originalmente em 1926.

e os servos obedeciam-lhes. Por fim, Vianna (2005) identifica essa relação como a presença da solidariedade clânica entre o povo brasileiro que fazia da sociedade uma comunidade de sentimentos e de espírito de obediência, ou seja, toda a população rural de alto a baixo estaria agrupada, em torno de um clã: os chefes territoriais. Os três autores atestam, portanto, a existência no Brasil de uma sociabilidade subserviente, patriarcal, oligárquica que definia os papéis hierárquicos, marcados pela dependência pessoal, sem a definição de classes, deveres e direitos civis.

Desse modo, era preciso organizar a sociedade brasileira e estruturar a força de trabalho, uma vez que o mundo moderno da indústria, do operariado, das classes sociais estava chegando ao Brasil. A herança do patriarcalismo rural deveria fazer parte do passado, o rumo a ser tomado deveria voltar-se à construção de uma sociedade civilizada, em que o Estado organizasse as classes e as categoriais sociais, garantindo-lhes os direitos, mas principalmente, deveres civis e cidadania política.

Na visão de Lobato (2008), o instrumento básico para fazer o motor do progresso acelerar e garantir a soberania social seria extinguir os três pesos mortos da sociedade: o pobre, o doente e o vadio.

Esse pensamento estava no discurso da época, porque, segundo Chauí (1997), os ideais, valores, normas, regras de conduta são prescritos pela sociedade que determina o que e como os membros dessa sociedade deverá pensar, valorizar, sentir e fazer. O servir à Pátria, através da força de trabalho, como fonte de dignidade, moralidade, honra, ética, foi uma forte ideologia inserida no seio da sociedade da época com a finalidade de fornecer o sentimento de uma identidade nacional que pudesse erguer a nação que se queria construir: ordeira, produtiva e civilizada.

Segundo Carvalho (2008), essa ideologia de nacionalismo no Brasil emergiu da elite e só depois, por meio da educação e do desenvolvimento dos meios de comunicação, foi que ela chegou às massas, ou seja, o nacionalismo brasileiro não foi um movimento espontâneo, nasceu das elites políticas e intelectuais, que impuseram à população normas e regras de acordo com seus interesses.

A ideia de desenvolvimento humano, priorizando a saúde (hábitos higiênico-sanitaristas), a educação e a força de trabalho, no novo regime

político, levou esses intelectuais e políticos a discutirem sobre a modernização e os “grandes temas nacionais” como o incentivo à industrialização e o combate ao analfabetismo generalizado, visto que a ignorância do povo era incompatível com o espírito de progresso da Nação. Segundo o Instituto Nacional de Estatística²³ (apud Ribeiro 2007), tínhamos entre 1910 e 1920 aproximadamente 75% da população brasileira analfabeta. Essa realidade precisava ser mudada, o analfabetismo emperrava o progresso da nação.

Para se alcançar desenvolvimento humano, nesse clima de mudança, de construção da sociedade e de desejo de progresso, era urgente investimento na educação com a finalidade de produzir uma mão de obra qualificada ao trabalho de desenvolvimento da nação. O poder político da burguesia, apoiado pela ideologia positivista, médico-sanitarista e eugênicas, viu na educação a forma suficiente para eliminar os males sociais da época e promover o progresso material do país.

Investir na educação, despertar o nacionalismo e a necessidade de o cidadão servir à Pátria com lealdade, honradez e sua força trabalho com responsabilidade social eram, na época, bases do desenvolvimento humano, como bem ilustra M. L. Alves:

[...] Um homem honesto e de ideias elevadas sente-se abatido em participar do grande banquete social sem contribuir para ele. [...] Não há notabilidade alguma, quer no campo religioso, quer no científico, alheia ao devotamento do trabalho.[...] Entre os mestres do cristianismo, notamos S. Paulo, afirmando prazer em trabalhar para não ser pesado a seus irmãos e vemos, ainda hoje, os missionários tudo sacrificando em proveito da salvação das almas sem medir esforços.(...) (ALVES, M. L. 1915, p. 211-214)

Segundo a redatora, na alma indolente nascem e frutificam os maus pensamentos, que são os principais responsáveis pelas ações repreensíveis. Aquele que não servia à Pátria era considerado um ser inútil, passava por seus semelhantes sem deixar vestígios, já que em vida nada havia feito, nada havia produzido. Se fosse honesto, teria vergonha de participar do grande banquete social sem ter, ao menos, contribuído com ele.

Segundo M. L. Alves (1915), o cumprimento dos deveres de cidadão atuante e produtivo era colocado como o responsável pela formação da

²³ Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Anuário Estatístico do Brasil, ano II, 1936, p. 43, in. Maria Luisa Santos Ribeiro, **História da Educação Brasileira**: a organização escolar. Campinas SP: Autores Associados, 2007- (Coleção memória da educação)

personalidade humana. Sem ele, não havia dignidade, nem como participar das benesses sociais. A ideologia dominante pregava que o novo projeto para o país sustentava-se no desenvolvimento das frentes de produção, que trariam progresso, independência política e a emancipação econômica do Brasil. Portanto, era preciso amar a Pátria e sentir orgulho de ser brasileiro, como bem ilustra o excerto abaixo:

Sou brasileiro, imensa é minha glória/ De haver nascido em terra tão louçã;/ Tenho da pátria escrito na memória/ O nome Augusto, excelso talismã./ Sou brasileiro, embora em tenra idade,/ Meu coração sabe ardente prezar;/ Hei de crescer e, na virilidade,/ Por minha pátria, esforços empenhar. [...] Sou brasileiro, e a pátria estremecida/ Quero servir com toda a animação; /Nela empregar as horas desta vida,/ Depois de Deus, o amor do coração./ Pátria de luz, enlevo de minha alma,/ Com todo o afã de um peito juvenil,/ Vou devotar-me em conquistar a palma/ De trabalhar para ti, meu Brasil. (ALVES, 1916, p. 347)

Neste poema, M. L. Alves (1916) apresenta um eu lírico completamente devotado à pátria e acreditando na glória de ter nascido em terra tão garbosa. O eu lírico promete, em favor da pátria, empenhar toda a sua virilidade, servindo-a com toda animação. Para autora, em conformidade com o ideal republicano, desenvolvimento humano era sinônimo de trabalho, civilidade, amor à pátria e obediência civil.

Esse nacionalismo em plena efervescência e esse clima de pertencimento, de abnegação à Pátria, segundo M. L. Alves, deveriam despertar o orgulho também pela formação étnica brasileira, como veremos no excerto abaixo:

Voltando a vista para o nosso torrão natal, algumas palavras direi ainda sobre o caráter de seus habitantes, demonstrando quanto recebeu o filho do Brasil em proveito de seu engrandecimento, quanto lhe é, naturalmente, boa a natureza, enfim quanto pode esperar do futuro, se souber corresponder aos dotes que lhe foram concedidos. [...] Na ocupação de Pernambuco pelos holandeses, entre os heróis que se salientaram, pelos serviços prestados à metrópole portuguesa, surge o vulto simpático do preto Henrique Dias, que, dez vezes ferido e obrigado amputar uma das mãos, protesta que dos cinco dedos que lhe restavam se havia de servir como de outras tantas mãos, para o ajudarem a batalhar por Deus e pela Pátria. (ALVES, M. L. 1916, p.03-06)

O modelo e símbolo heroico enfatizado estava relacionado à raça. Neste artigo, a referência é ao negro Henrique Dias (1664), grande exemplo de

patriotismo e cristão fervoroso, apresentou-se voluntário para lutar contra os holandeses em Pernambuco, tendo recrutado para a rebelião, um grande efetivo de negros oriundos dos engenhos tomados pelos invasores. Segundo Mattos (2007), Henrique Dias participou de inúmeros combates, com inextinguível bravura, tendo decidido a vitória em Porto Calvo, quando teve a mão esquerda esfaqueada por um tiro de arcabuz. Nas batalhas dos Guararapes, em 1648 e 1649, foi o comandante de um dos Terços do "Exército Patriota", composto por negros, pelo que recebeu o título de "Governador dos crioulos, pretos e mulatos do Brasil"²⁴.

O heroísmo da raça também se via no caráter da mulher. [...] Ninguém ignora que o erudito Padre Antônio Vieira foi um dos grandes defensores dos índios; o que valeu alguns desgostos e até prisão. Nessa dificuldade, somente uma pobre mulher indígena atreveu a levar-lhe o sustento, zombando das iras dos sentinelas e respondendo aos que lhe ameaçavam queimar a choça que desse fogo se aproveitaria para, ainda uma vez, preparar a comida de seu benfeitor. (ALVES, M. L. 1916, p.33-36)

O projeto de criação da identidade nacional, como medida ao desenvolvimento humano, precisava reconhecer, teoricamente, as raças formadoras da nação brasileira. Como vimos, a autora exalta a figura do negro, lembrando seus feitos heroicos, e a do índio, mostrando sua generosidade e coragem.

Além de reforçar o nacionalismo com as figuras do negro e do índio, M. L. Alves (1916) apresenta o Padre Vieira²⁵ (1608-1697), que, segundo Pereira (2009), tinha sido um missionário de grande atuação cristã, preocupado com o pecado, a heresia e os costumes de sua época, como símbolo de religiosidade e da presença da igreja Católica na vida brasileira.

²⁴ A história mais detalhada de Henrique Dias encontra-se em: MATTOS, Hebe. **Da Guerra Preta as hierarquias de cor no Atlântico Português**. Associação Nacional de História – ANPUH. XXIV Simpósio Nacional de História – 2007. Disponível em: <<http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Hebe%20Mattos.pdf>> Acesso em 21 mai. 2013

²⁵ A atuação do Pe. Vieira aqui no Brasil é objeto de estudo de Américo Pereira. Ver em: PEREIRA, Américo. **Pe. Antônio Vieira** - Do vazio do nome à plenitude da ação. Coleção: Artigos LUSOSOFIA: Universidade da Beira Interior Covilhã, 2009. Disponível em: <http://www.lusosofia.net/textos/pereira_americo_sexagesima_coment_rio.pdf> Acesso em 03 mai. 2013.

3.5 A RELIGIÃO E O DESENVOLVIMENTO HUMANO

A Primeira República (1891-1930) separou Igreja de Estado: Art.72§ 7º “Nenhum culto ou Igreja gozará de subvenção oficial nem terá relações de dependência ou aliança com o Governo [...]” (BRASIL, 1891); estabeleceu a laicidade do ensino público: § 6º - “Será leigo o Ensino Ministrado nos Estabelecimentos públicos”. (BRASIL, 1891) e reconheceu a diversidade religiosa, dando liberdade de culto: § 3º - “Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto [...]” (BRASIL, 1891). Sendo assim a Igreja Católica perde, teoricamente, seu espaço hegemônico na sociedade. Os republicanos pregavam uma democracia, portanto não poderiam desconhecer as manifestações religiosas, fora dos muros católicos, dentre eles o protestantismo que estava chegando ao Brasil e o Espiritismo. Havia necessidade de se trazer o novo. A liberdade de pensamento e de culto, a construção de uma nova mentalidade, moderna, por isso mesmo laica e fundamentada na razão não poderiam limitar-se apenas ao catolicismo que se ligava ao tradicional, ao império que se estava querendo suprimir. Os republicanos visualizavam novas perspectivas de uma nova realidade social mais otimista, cuja âncora seria uma educação de bases científicas e filosóficas. Mas, segundo Carvalho (2008), mesmo depois da legislação do ensino laico, a igreja Católica ainda era forte presença não só nos templos religiosos como na educação institucional, ou seja, na realidade, a orientação católica na família e na educação manteve-se nas suas concepções e objetivos. O catolicismo ainda era mantido como religião-modelo, conforme Azevedo (2002), *de um modo geral, os brasileiros consideravam-se “religiosos” e verdadeiros católicos; muitos deles sentir-se-iam ofendidos se lhes fosse negada a categoria de católicos ou se os confundissem com “materialistas”, “descrentes” ou “antirreligiosos”*. Como bem ilustra M. L. Alves no trecho abaixo:

Recapitula, se te apraz, as variadas religiões que imperam no globo terrestre, provas irrefutáveis de que o homem aceita a existência de um ente supremo que lhe concedeu a vida; entre todas, resplendente de um brilho superior; ergue-se a doutrina do calvário, a doutrina da cruz, vencendo o filósofo orgulhoso, substituindo o vício pela virtude,

pregando tanto amor, que se torna incompreensível e sentando-se vitoriosa, apesar de lutas e perseguições inauditas, nos tronos dos césares [...] e Máximo inclinou a fronte e murmurou: “ Religião Católica, de todo o coração acredito em teus dogmas, em teus ensinamentos, em tuas leis. Foi teu fundador um Deus, porquanto somente um Deus seria capaz de conhecer, tão profundamente, o coração humano”. (ALVES, M. L. 1916, p.132-133)

Para M. L. Alves (1916), todos os anseios e dotes humanos deveriam ser orientados pela Igreja Católica, através de seus preceitos, dogmas e doutrinas. A humanidade deveria reconhecer o sacrifício de Jesus Cristo: a doutrina do Calvário, a doutrina da cruz²⁶ para que pudesse encontrar a salvação e sobrepujar as vicissitudes que plainam no mundo e no coração do homem.

Como vimos, a Igreja Católica continua sendo hegemônica. Para M. L. Alves (1916), todas as bases do direito social, o princípio de autoridade, a constituição da família e o amor à pátria devem ser guiados pelo catolicismo que dará a medida necessária para a criação de uma sociedade civilizada.

Como se observa, o desenvolvimento humano voltado ao progresso, civilização, pátria, liberdade, próprias do ideário republicano, incluía a religião, em especial, a Católica que continuava sendo uma grande conselheira do povo brasileiro, como bem ilustra o excerto abaixo:

[...] É uma lição para nós, católicos, pela qual o redentor nos demonstra que a felicidade, neste mundo, não depende das lágrimas nem dos padecimentos, repousando, sim, na paz da consciência, que nos dá a plena certeza de termos, como fiel companheiro de viagem, o próprio Deus, salvando-nos à custa da efusão de seu sangue. (ALVES, M. L. 1915, p.10-12)

Segundo, M. L. Alves (1915), a religião Católica era o bálsamo, o caminho, a medida para se resolver os problemas, a forma de manter uma população mais tranquila, mais próxima das realizações espirituais. Para ela era a religião que despertava o sentimento de solidariedade, mesmo diante das torpezas da vida, pois:

Bons anos teremos, se dos espinhos, que nunca faltarão de se achar sob nossos pés, tecermos a coroa da conformidade aos decretos da Providência; se das alegrias, iluminando-nos fugazmente o céu da

²⁶ Doutrinas cristãs que envolvem o sacrifício de Jesus Cristo: no calvário e na cruz. Ver em: AQUINO, Felipe. Por que eu sou católico. 4 ed. SP: Cléofas, 2002.

existência, compusermos um ramallete de agradecimento ao dispensador de todo o bem; se, finalmente, espargirmos, em redor de nossa pessoa, o perfume agradável da caridade cristã, servindo a qualquer indivíduo que a nossos préstimos recorra. (ALVES, M. L. 1915, p. 13-15)

Segundo M. L. Alves (1915), o verdadeiro desenvolvimento humano só seria possível através da religião que proporcionaria aos seus fiéis a grandeza da caridade, fazendo-os trabalhar para a coletividade e injetando-lhes o sentimento de responsabilidade para com os seus semelhantes. Para ela, era através da fé que o cidadão assumiria compromissa e ordeiramente seu patriotismo, porque:

Não nos iludamos, amigos meus, enquanto não estivermos na pátria dos bem-aventurados, forçoso nos será beber, todos os dias, algumas gotas do cálice amargo das contrariedades; a esta lei universal ninguém se subtrai. (ALVES, M. L. 1915, p. 16)

Para a autora, a felicidade depende exclusivamente da paz de consciência. Os católicos devem ter ciência de que os problemas sempre surgirão em seus caminhos, mas será através deles que aprenderão a aceitar os decretos da Providência. E argumenta que a pátria tem de ser construída com pessoas bem-aventuradas, caso contrário pode continuar passando por provações terrenas. Uma pátria para ser feliz precisa de cristãos caridosos, auxiliando a todo aquele que precisar. Enquanto estiverem na Terra, sem o auxílio de Deus e orientação da Igreja Católica, serão obrigados a vivenciar o que nela existe sem perdão, sem o porto seguro da religião.

Percebemos, nos argumentos elencados por M. L. Alves (1915), a evidência de um discurso reafirmador da hegemonia do catolicismo que, segundo ela, tem em suas mãos a salvação da humanidade não apenas nos campos espirituais, mas também sociais e políticos. Observamos também um discurso político voltado para a construção dos chamados “cidadãos ordeiros”, disciplinados que os republicanos tanto queriam.

Vale ressaltar que, mesmo diante das desigualdades sociais e dos vários problemas que o Brasil enfrentava nesse início do século XX, como fome, pobreza, desemprego, analfabetismo, a autora não os discute e prega a necessidade de o fiel elevar-se a Deus e aprender com essas privações pelas quais vinha passando, porque o sofrimento:

[...] reanima a coragem, elevando para Deus o nosso espírito. [...] Assim, nessa escola de sofrimento, educaram-se os nossos antepassados, tornando-se verdadeiros cristãos, capazes de grandes magnanimidades. A vida inteira do Cristianismo resume-se na cruz, encetada no calvário, continuada nos martírios dos primeiros fiéis e prolongada nos sacrifícios dos que seguem, realmente, o mestre divino. (ALVES, M. L. 1915, p. 16-18)

Para M. L. Alves (1915), o sacrifício e o sofrimento como ensinamento elevam o espírito a Deus. Observamos nesse discurso a força de uma igreja que não quer perder terreno na vida de seus fiéis. A heroicidade de cristãos que não cederam às intempéries impostas pela vida é colocada como exemplo de luta, resignação e fé. A posição da autora é reforçada mais ainda com o discurso do célebre escritor intelectual do Império Romano Sêneca (4 a.c.-65d.c.):

Em algumas cartas de Sêneca, constatamos que a heroicidade cristã impressionava extraordinariamente a esse filósofo, que deste modo se exprimia: “O ferro e as chamas, as cadeias e os animais ferozes, as prisões, as cruzes, os cavaletes, as estacas pontiagudas, entrando pelo tronco da vítima, para lhe sair pela cabeça, os membros esquartejados, a túnica untada em substâncias inflamáveis, não arrancam um gemido nem tão pouco uma súplica; todos aceitam os tormentos sorrindo e sorrindo de bom coração”.[...] (SÊNECA apud ALVES, M. L. 1915, p. 23-24)

Como vimos, os argumentos usados por M. L. Alves (1915) deixam evidentes a necessidade imperativa do catolicismo de acirrar seu discurso de salvação, colocando-se como soberano e hegemônico, mesmo sabendo que outros movimentos religiosos como o protestantismo e o espiritismo já estavam se infiltrando no meio da sociedade brasileira, disputando também espaço que até então era, hegemonicamente, da Igreja Católica.

Como reação ao laicismo, M. L. Alves critica o ensino público “sem Deus”. Para ela, esse ensino nas escolas era uma perigosa ameaça contra a harmonia da família brasileira. Por isso, em seus discursos há sempre um apelo às famílias para que assumam o papel de passar aos seus filhos uma educação com Deus, moldada nos sadios princípios cristãos: “[...] respeitem, patrícias minhas, os ministros de vossa religião sagrada; [...] passando aos vossos filhos os ensinamentos que lhes derem, obedecerão ao próprio Jesus Cristo.”(ALVES, M. L. 1912, p. 6).

Segundo a autora, o desenvolvimento humano deveria ter nas suas bases as famílias, capazes de manter o caráter disciplinador de uma boa educação intelectual, moral e religiosa. Essa disciplina possibilitaria a construção de um país próspero, ordeiro, produtivo e solidário. M. L. Alves ressalta que o ensino religioso possui o poder de refrear e domar as paixões humanas. Só a Igreja Católica poderia ensinar aos seres humanos o caminho da verdadeira felicidade, fundada na prática da sublime e incomparável doutrina do Divino. Segundo ela, o poder da religião não poderia ser contestado, como se observa no trecho a seguir:

Quem lhes ensinou as primeiras noções do direito? [...] quem lhes arrancou as espessas cataratas que os impossibilitavam de ver outra coisa além do inimigo? [...] quem lhes adestrou a mão para o trabalho honesto e o coração para o suave e delicado sentimento de amor? [...] Enfim, a Religião; porque somente a religião é capaz de operar semelhantes prodígios.[...] Só a Igreja mostra-lhe a sua real nobreza, impondo-lhe a obrigação de cultuar o espírito[...]”(ALVES, M. L. 1913, p. 132).

Para M. L. Alves (1913), com a laicidade, a Igreja poderia perder seu caráter disciplinador, e abalar seu poder sobre a população, por isso condena atitudes, consideradas, desrespeitosas, como a mencionada a seguir:

Diz-se a Bahia católica e permite que, pelas ruas e praças, transitem, sem um protesto dos assistentes (porque se está nos dias de carnaval) grupos de máscaras vestidos de primeiras comungantes!... Que se ridicularizem as vestes sacerdotais ou os hábitos de religiosos!... que se menos cabem, enfim, as cerimônias do culto que afirma professor. (ALVES, M. L. 1915, p. 91-95)

Para a autora, o fato de os foliões, em época carnavalesca, profanarem e ridicularizarem a igreja, ao usarem réplicas de roupas sacerdotais ou

pertencentes aos seus rituais sagrados era já um prenúncio de abalo do catolicismo.

Segundo Manoel (2004), a Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro (1890) advogava em prol da participação política da igreja, defendendo que tinha sido o Catolicismo quem formou em seu seio fecundo a nacionalidade brasileira. Logo a igreja não poderia ser afastada da educação pública. Vale ressaltar que a igreja não foi expurgada da educação dos brasileiros, manteve-se no seio das decisões educacionais de seus fiéis.

M. L. Alves (1914) dizia que onde havia o florescimento dos cristãos católicos, reinava a paz, a ordem, a prosperidade pública. Portanto, era preciso fortalecer os laços entre a igreja e o fiel, pois muitos se diziam católicos, mas não praticavam a caridade, a gratidão, preceitos tão caros à vida religiosa, como bem afirma no trecho a seguir:

Em franco período nos achamos de liberdade de consciência [...] Entretanto parece que jamais foi visto entre católicos tanto respeito humano, tanto receio em defender interesses de causa comum [...] católicos são... os brasileiros e, com especialidade, os baianos [...] Graças a Deus muitos são católicos práticos, conhecedores dos deveres que lhes impõe a religião de que se ufanam; porém ainda é maior o número dos que a professam de nome [...] Acaba de efetuar-se em 1 de janeiro último a retirada das irmãs de Caridade de S. Vicente de Paulo das casas pias “Hospital de Santa Isabel e Asilo dos Expostos” ... sem que, da massa da população baiana, explodisse um grito de pesar, simbolizando expansiva gratidão pelos inúmeros benefícios, derramados sobre a classe dos desprestigiados da fortuna. [...] Tratou-as a Bahia como se fossem meras assalariadas, cujos serviços, logo que são julgados desnecessários se dispensam sem dizer obrigada. (ALVES, M. L. 1914, p. 33- 37)

Para a autora, a sociedade baiana precisava estar mais atenta às ações da Igreja Católica, principalmente, as relacionadas à caridade. Critica a sociedade baiana que mesmo sendo católica, na prática, não havia feito nada para que as Irmãs de Caridade de S. Vicente de S. Paulo²⁷ fossem retiradas do Hospital Santa Isabel e Asilo dos Expostos²⁸. Não houve uma mobilização da sociedade baiana de agradecimento às irmãs. A autora reforça a necessidade do sentimento de gratidão, atributo nobre dos verdadeiros católicos. A autora critica aqueles que se dizem católicos, mas não seguem as doutrinas cristãs.

²⁷ Congregação Religiosa Católica, de vida apostólica e comunitária, fundada em 1633 por Vicente de Paulo (1581-1660) e Luísa de Marillac (1591-1660).

²⁸ Essa expressão refere-se à Roda dos Enjeitados, onde as crianças eram abandonadas e recolhidas pela igreja.

A postura da autora em chamar atenção da sociedade baiana para as ações grandiosas da Igreja denuncia a urgência desta continuar visível, atuante, participativa na sociedade brasileira.

Como vimos, os aspectos fundamentais das estratégias católicas de organização, mobilização para preservar sua influência na sociedade passavam pelo discurso de seus fiéis também fora dos templos, e a imprensa fazia parte desta estratégia, principalmente as voltadas para o público feminino como a revista *A Paladina do Lar*. No âmbito dessas estratégias, a imprensa religiosa deveria comportar o enfrentamento de questões inerentes ao conjunto de transformações sociais e políticas pelas quais o Brasil passava naquele momento. Daí o grande esforço em articular a estabilidade dos princípios morais católicos, dando destaque para a caridade cristã, como bem ilustra M. L. Alves, no excerto abaixo:

Nos primeiros séculos da igreja, os pagãos admiravam-se da união que existia entre os discípulos de Jesus Cristo e exclamavam: vede como se amam! [...] Onde existe o amor, reina a tolerância, desaparece a intriga, com seu inumerável cortejo de verdadeiros males. [...] Se fossemos realmente cristãos, longe de nos amesquinhamos, perdendo precioso tempo em conversações fúteis ou cruéis, ocupar-nos-íamos em aliviar os desgraçados, ergueríamos, em redor de nossa alma, uma trincheira inexpugnável para, logo que tivéssemos feito cuidadosa seleção de nossos amigos, lhes conservar inalterável o afeto que não trepida sem servir, nos momentos difíceis, desconhece impossíveis e pronto se acha sempre em desculpar; e, para os estranhos ou indiferentes, seguindo as máximas sociais, porém irmão, segundo as leis de Jesus Cristo, teríamos a caridade que tudo perdoa, que tudo envolve no manto luminoso da beneficência. (ALVES, M. L. 1912, n. 4, abr. a. II, p. 93-94)

M. L. Alves (1912) intensifica seu discurso religioso e faz uma crítica aos cristãos não praticantes que não se encaixam nos mandamentos católicos. Para ela, o verdadeiro cristão não é mesquinho, nem egoísta, pratica a solidariedade, ama e serve aos seus semelhantes assim como Jesus Cristo; é consciente em seus atos, não mascara seus sentimentos, é humilde e tem prazer em servir. Diante disso, a religião era importante, pois as pessoas seguindo os ensinamentos de Jesus Cristo, poderiam servir à Pátria de forma pacífica e construtiva. Nesse aspecto, a autora referenda que:

À sombra da árvore sacrossanta da cruz que, vitoriosa, nos repete a verdade sublime do Evangelho pregado pelo redentor, diante desse

túmulo, manifestando o seu poder divino, prostremo-nos neste Dia que o Senhor fez, e, custe o que custar, patricias minhas, de ora avante, pratiquemos a civilidade cristã que ama e serve a todos, como Jesus amou e serviu. (ALVES, M. L. 1912, p. 93-95)

Para a autora, o desenvolvimento humano precisava estar pautado na civilidade cristã que pregava o comportamento honesto e regulado, manifestado nas palavras e nos atos exteriores por um sentimento de modéstia, de respeito ou de união e de caridade para com o próximo, prestando atenção, ao mesmo tempo, aos lugares e às pessoas com quem se convivem e também as que se foram. M. L. Alves (1914), num discurso profundamente sensível, faz um culto à espiritualidade, como comprovamos no trecho a seguir:

Surge o mês de novembro acordando, em todos os corações, piedosos sentimentos de amor e saudade, lembrando os entes queridos que se foram as plagas da vida imortal. Apesar dos ingentes esforços, empregados pelos cegos materialistas, a fim de equipararem o homem, diletta obra prima da criação, ao bruto irracional, o testemunho irrefutável dos povos atuais e dos que se perderam nas brumas do passado, aí nos vem protestando contra semelhante arrojo. Não há quem, no altar da consciência, recuse um preito à imortalidade da alma, e nunca houve quem se eximisse de fazê-lo, sendo a afirmação contrária prova inequívoca do receio, produzido pelo desequilíbrio da vida moral. [...] o civilizado e o selvagem, monoteísta e o politeísta, todos prestam culto à memória dos mortos, lhes sufragam as almas, demonstrando, por conseguinte, que não duvidam da existência futura. (ALVES, M. L. 1914, p. 11)

A autora reforça os dogmas cristãos e critica os materialistas que não acreditam na vida após a morte, vivida por uma alma imortal. A vida eterna, a imortalidade espiritual, é um princípio fundamental do Cristianismo, como bem ilustra M. L. Alves: “[...] temos crença na imortalidade, junta à incerteza do prêmio ou do castigo, após a nossa curta passagem terrena [...] o espírito que anima o homem nunca há de morrer”. (ALVES, M. L. 1914 p. 6). Para que o cristão receba o prêmio e não o castigo, a civilidade cristã pressupõe-lhe, compromisso social e caráter reto, porque, conforme M. L. Alves, esses atributos trazem

[...] clareza nas ideias, crescendo sempre o valor frente às dificuldades. [...] As boas causas não aparecem isentas de empecilhos, ondas agitadas de proceloso mar, que vencidas hão de ser pelo farol seguro da força de espírito indomável. Ah! Se o caráter dos homens de escol não estivesse unido essa preciosa qualidade, bem poucas maravilhas se teriam operado no mundo. Aos bem

feitores da humanidade, foi-lhes preciso arrostar inúmeros tormentos, antes que pudessem fruir os louros das ovações que mereceram.[...] Ah! Se pelos frutos se conhece a árvore, a dedução que pronta se nos apresenta, contemplando estes fatos, é que à força tenaz o infatigável trabalhador unia a bondade, outro predicado indispensável do caráter. Sem um caráter empenha-se em promover o bem dos semelhantes; não faz somente abrindo a bolsa, mas tirando do escrínio d'alma tesouro de benevolência, para espargi-los com afabilidade. Os entes que acreditam na bondade, que por ela procedem, constituem-se verdadeiros bemfeitores de seus irmãos; ao passo que os egoístas, não se lembrando senão de si próprios, podem ser considerados como pragas sociais. (ALVES, M. L. 1916, p. 03-06)

Neste artigo, M. L. Alves (1916) disserta sobre o caráter, que, para ela, era a força das nações e o valor de um povo, porque o caráter envolvia persistência, bondade, força de espírito e religiosidade. Mas, segundo ela, as pessoas não nascem com o caráter formado, elas precisam ser orientadas, instruídas, educadas para isso. Daí a necessidade de se ter todos envolvidos com a educação, que, para os princípios republicanos, era um dos fatores de promoção social capaz de promover o enquadramento dos indivíduos à sociedade. Através da instrução atingir-se-ia o mais alto patamar de progresso e civilidade. Para M. L. Alves, a igreja deveria estar à frente dessa instrução; por isso o Brasil não poderia negar a história do país, nem a presença dos jesuítas trazendo aos selvagens a religião e a educação, como bem ilustra no excerto abaixo:

Pergunte-se a Nóbrega e a Anchieta se não foram eles que, entre as mãos dos indiozinhos brasileiros, colocaram as primeiras cartas do a.b.c., ao mesmo passo lhes revelavam os ensinamentos sacrossantos do Evangelho? Não fosse o padre católico, não fosse as catequeses que, em perigo da própria existência, vão fazer em países inóspitos, e talvez da civilização jamais lograssem fruir os míseros selvagens. [...] Porém o nobilíssimo empenho do sacerdote católico é apontar o caminho da verdade, lembrando, infatigável, o destino eterno, que virá depois de alguns anos de permanência na Terra. [...] Respeitemos o padre católico, congratulemo-nos quando pudermos, como agora, festejar o vigésimo quinto aniversário fervoroso e profícuo, e roguemos ao Onipotente para que conceda a vida, multiplicando as forças ao digno abade da Ordem Benedictina, na Bahia, o Exmo. Sr. D. Majolo Caigny, dando-lhe a mais valiosa mercê: a perseverança final. (ALVES, M. L. 1912, p. 36-39)

Para M. L. Alves (1912), os sacerdotes jesuítas Manuel da Nóbrega (1517-1570) e o José de Anchieta (1534-1597) são as referências de que educação e igreja não podiam se separar. A autora considerava que os

sacerdotes não só eram guias espirituais, como também tiravam os índios da ignorância, alfabetizando-os. Segundo ela, os padres eram os responsáveis por inserir a civilização, através da religião e educação, por isso mereciam todo o respeito da sociedade. A autora faz uma homenagem ao padre D. Majolo Caigny (1862-1939), nos seus 25 anos de sacerdócio.

Como vimos, o discurso de M. L. Alves reforça a presença firme e atuante da Igreja Católica na formação da consciência da época; reconhece a importância do papel da religião na promoção da valorização do tecido ético e moral da sociedade e vê a participação da religião no processo educacional; como autora e parceira na promoção de desenvolvimento humano. M. L. Alves defende que a religião cria mecanismos de sensibilização das mulheres e dos jovens sobre os valores de tolerância, solidariedade e amor à pátria.

A Igreja Católica, por meio de seus ideais conservadores, foi presença marcante na educação brasileira e sedimentou o discurso de que as famílias sem “Deus” poderia atrair acontecimentos maléficos que trariam danos irreparáveis aos lares (ALVES, 1912). Esse discurso era muito presente às famílias com maior poder aquisitivo, no entanto, mesmo a escola pública que pretendia apresentar-se laica foi influenciada por essas ideias.

3.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar os textos de M. L. Alves (1910-1917) permitiu-nos entender, através de seus artigos na revista *A Paladina do Lar*, destinados a um público feminino religioso, as imagens construídas sobre um desenvolvimento humano preocupado com a família, o sentimento nacionalista, a força de trabalho produtivo e a formação de indivíduos física e moralmente fortes. Como também entender a realidade do discurso feminino, no cotidiano da Primeira República, realidade essa, em que a redatora, mesmo na condição de mulher intelectualizada e educadora, reforça a ideologia masculina, burguesa e patriarcal, assumindo a bandeira política de consagrar à mulher-mãe como

única responsável para o sucesso da família e, conseqüentemente, da pátria, negando-lhes o direito de escolha.

Para M. L. Alves (1910-1917), o desenvolvimento humano era conduzido pelos vetores: família, pátria e religião como condição básica de transformação da sociedade. O primeiro vetor, a família, como célula base da sociedade, devia cultivar os valores éticos, cívicos, incluindo, principalmente, o amor à pátria e a formação da conduta dos indivíduos, num processo genuíno à construção de uma nação brasileira ordeira, organizada. Para tanto, a mãe de família ganha destaque e responsabilidades privadas e públicas na promoção desse equilíbrio social. A imagem da figura feminina, objeto das imposições da igreja e dos ideais positivistas, estava voltada aos estereótipos de mãe perfeita, promotora da saúde física e moral dos membros da família, administradora do lar, educadora dos filhos, guardiã da moralidade, dentro dos limites do lar.

O segundo vetor, a Pátria, ou melhor, o sentimento patriótico, nacionalista, devia, através da educação, direito fundamental de cada cidadão, instrumentalizar a população brasileira à afirmação e à integração do Brasil nos modelos de civilização, com desenvolvimento social, econômico e político. Essa educação seria o fator indispensável à construção de uma nação civilizada, baseada nos ideais republicanos, e também instrumento principal da formação e preparação da juventude para a sua participação efetiva na edificação do País.

Finalmente, o terceiro, a religião Católica, apesar da laicidade do Estado, teria o papel importante de promover valores morais à sociedade, influenciando a participação dos jovens e das mulheres no processo de desenvolvimento do país como atores e parceiros. A religião também possibilitaria a criação de mecanismos de sensibilização de jovens sobre os valores do trabalho, do caráter, da solidariedade e do amor à pátria. Como a Juventude constituía um grupo populacional importante à civilização, à edificação da Nação, era identificada como força motriz de produção, rumo ao desenvolvimento econômico.

Enfim, o equilíbrio entre esses três vetores: família, pátria e religião teria o poder de transformar toda ação cidadã em elementos canalizadores de novas potencialidades nos campos sociais, políticos e econômicos da nação

brasileira. Nessa perspectiva, M. L. Alves destaca o papel fundamental da mulher como o elemento principal de promoção do desenvolvimento humano, tida como a “coringa” desses três vetores. Dela, esperava-se uma atuação entusiástica e compromissada no seio da família, já que era responsável por garantir o ajustamento e o sucesso de todos os membros da família aos ambientes dos quais participassem. Portanto, a mulher era tida como principal parceira e realizadora das metas do desenvolvimento humano da época.

Constatamos que as publicações de M. L. Alves, em conformidade com os ideais positivistas, reforçam a imagem de mulher perfeita, dentro de um padrão rígido de comportamento: conduta ilibada, imaculada. Esta representação da mulher, como símbolo da humanidade, exigia dela atributos maniqueístas, entre ser boa ou má mãe e dona de casa. Para se encaixar no lado bom, deveria mostrar sempre sua docilidade, zelo, cuidado, dedicação incondicional, sacerdotal, muito próxima de Maria Imaculada, virgem-mãe de Jesus Cristo.

Hoje, longe de aceitarmos essa exigência de mulher perfeita, mas reconhecendo que essa atenção dada à família, envolvendo os cuidados com a mulher, a criança, a educação, os sentimentos patrióticos, no sentido de participação cidadã e a criação de valores ainda faz parte das pautas de discussões sobre desenvolvimento humano que precisa tornar-se realidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares. **Mulher e educação**: paixão pelo possível. São Paulo: UNESP, 1998.

ALVES, Maria Luiza de Souza. A Educação. Revista **A Paladina**. Bahia. Imprensa Nova – Corpo Santo, ano I, n. 1, p.57-65, jan.1910.

_____. Imagem. Revista **A Paladina**. Bahia. Typ. Salesiana, ano II, n.3, p.23. mar.1911.

_____. Pensamentos. Revista **A Paladina**. Bahia. Typ. Salesiana, ano II, n. 4, p.33-34 abr. 1911.

_____. Religiosidade. Revista **A Paladina**. Bahia. Typ. Salesiana, ano II, n. 7, p.23-58, dez. 1911.

_____. Condição da mulher. Revista **A Paladina**. Bahia. Typ. Salesiana, ano II, n.21 p.38-39, fev. 1911.

_____. Conferência 4^a reunião da Liga Católica – Feminismo Cristão. Revista **A Paladina**. Bahia. Typ. Salesiana, ano II n. 6, mar. p.63-64. 1911.

_____. Tu és sacerdote *in Aeternum*. Revista **A Paladina do Lar**, Bahia. Typ. Benedictina, ano III, n. 8, p.36-95. out.1912.

_____. Códigos morais. Revista **A Paladina do Lar**, Bahia. Typ. Benedictina, ano III, n. 7, p.6-39. jul.1912.

_____. Muitas felicidades, amigos leitores. Revista **A Paladina do Lar**, Bahia: Typ. Benedictina, ano III, n.1,p.32. jan.1912.

_____. Instrui e Educai. Revista **A Paladina do Lar**, Bahia. Typ. Benedictina, ano III n.8 p.8-9, ago.1913.

_____. Catolicismo. Revista **A Paladina do Lar**, Bahia. Typ. Benedictina, ano III, n. 6, p.132, abr.1913.

_____. Religiosidade. Revista **A Paladina do Lar**, Bahia. Typ. Benedictina, ano IV, n. 11, p.6-37, fev. 1914.

_____. Às minhas patrícias. Revista **A Paladina do Lar**, Bahia. Typ. Benedictina, ano IV, n.9, p.243-256, set. 1914.

_____. Às minhas patrícias. Revista **A Paladina do Lar**, Bahia. Typ. Benedictina, ano IV, n.11, p.211-214, maio. 1914.

_____. Às mães de família. Revista **A Paladina do Lar**, Bahia. Typ. Benedictina, ano IV, n.11, p.121-137, nov.1914.

_____. Catolicismo. Revista **A Paladina do Lar**, Bahia. Typ. Benedictina, ano V, n.7, p.10-24, jul.1915.

_____. Às mães de família. Revista **A Paladina do Lar**, Bahia. Typ. Benedictina, ano V, n.5, p.121-125, mai.1915.

_____. Códigos morais – Conferência . Revista **A Paladina do Lar**, Bahia. Typ. Benedictina, ano V, n.12, p.335-340, dez.1915.

_____. Valor do Trabalho. Revista **A Paladina do Lar**, Bahia. Typ. Benedictina, ano V, n.11, p.305, maio 1915.

_____. A chave da felicidade. Revista **A Paladina do Lar**, Bahia. Typ. Benedictina, ano V, n.8 p. 211-214, ago. 1915.

_____. Perdoai-lhes... não sabem o que fazem. Revista **A Paladina do Lar**, Bahia. Typ. Benedictina, ano V, n.4, p.91-95. abril. 1915.

_____. Respeito Humano. Revista **A Paladina do Lar**, Bahia. Typ. Benedictina, ano V, n. 3, p.61-62, mar. 1915.

_____. Valor do Trabalho. Revista **A Paladina do Lar**, Bahia. Typ. Benedictina, ano VI, n.11, p.311, nov. 1916.

_____. Heroísmo. Revista **A Paladina do Lar**, Bahia. Typ. Benedictina, ano VI, n.2, p.33-36, fev. 1916.

_____. Religiosidade. Revista **A Paladina do Lar**, Bahia. Typ. Benedictina, ano VI, n.9, p.132-133, mar. 1916.

_____. Conspiração Mineira. Revista **A Paladina do Lar**, Bahia. Typ. Benedictina, ano VI, n.3, p.93-99, abr. 1916.

_____. Salve meu Brasil. Revista **A Paladina do Lar**, Bahia. Typ. Benedictina, ano VI, n.1, p.347, dez. 1916.

_____. Caráter (valores). Revista **A Paladina do Lar**, Bahia. Typ. Benedictina, ano VI, n.1, p.3-6, jan. 1916.

_____. Às crianças Revista **A Paladina do Lar**, Bahia. Typ. Benedictina, ano VII, n. 10, p.287, out.1917

ANTUNES, Marta. **O caminho do empoderamento**: articulando as noções de desenvolvimento, pobreza e empoderamento. In: ANTUNES M. e ROMANO, J. O. Empoderamento e direitos no combate à pobreza. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil. 2002.

AQUINO, Felipe. **Por que eu sou católico**. 4 ed. São Paulo: Cléofas, 2002.

AZEVEDO, Tales. **O catolicismo no Brasil: um campo para a pesquisa social**. Salvador: EDUFA, 2002.

BRASIL, **CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASIL** (1891). Brasília, DF, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. 18 ed. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

CELSO, Affonso. **Por que me ufano de meu país**. 2 ed. – Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1997.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 42 ed. - São Paulo: Brasiliense, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos. O estado nacional e o nacionalismo no século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

LOBATO, Monteiro. **O presidente negro**. 1 ed. Globo S. A. São Paulo, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 5.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MANOEL, Ivan Aparecido. **O pêndulo da História. Tempo e eternidade no pensamento Católico (1800-1960)**. Maringá: Eduem, 2004.

MATTOS, Hebe. **Da Guerra Preta as hierarquias de cor no Atlântico Português**. Associação Nacional de História – ANPUH. XXIV Simpósio Nacional de História – 2007. Disponível: <<http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Hebe%20Mattos.pdf>> Acesso em 21 mai. 2013

MIRANDA, Nadja Conceição de Jesus. **Espaços públicos de Salvador: uso e apropriação pelos moradores de rua – uma análise do espaço concebido, vivido e percebido**. Dissertação de Mestrado em Geografia – Instituto de Geociências da Bahia, UFBA, Salvador, 2006.

OLIVEIRA, Aline Paim. **A Paladina (do Lar): escrita feminina baiana (1910-1917)**. Dissertação de Mestrado em Literatura Brasileira – Instituto de Letras da Bahia, UFBA, Salvador, 2000.

PASSOS, Elizete Silva. **Palcos e plateias - as representações de gênero na Faculdade de Filosofia**. Salvador: UFBA, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher. 1999.

_____. **A Educação das Virgens**. Rio de Janeiro: Universitária Santa Úrsula.1995.

_____. **Mulheres Moralmente Fortes**. Salvador: Gráfica Santa Helena, 1995.

PEREIRA, Américo. **Pe. António Vieira** - Do vazio do nome à plenitude da ação. Coleção: Artigos LUSOSOFIA: Covilhã, 2009. Disponível em: <http://www.lusosofia.net/textos/pereira_americo_sexagesima_coment_rio.pdf> Acesso em 03 mai. 2013.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. **Revista de Sociologia e Política**. v. 18, n. 36, p. 15-23 Jun. 2010, Curitiba. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>>. Acesso em 23 ago. 2013

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. 2013 Disponível em:<<http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em: 09 mai. 2013.

_____. **Conceito e Medição do Desenvolvimento Humano**. 1990 Disponível em:<<http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em: 09 mai. 2013

_____. **Crescimento Econômico e Desenvolvimento Humano**. 1996 Disponível em:< <http://www.pnud.org.br/>>. Acesso em: 09 mai. 2013

_____. **Globalização com Uma Face Humana**. 1999 Disponível em:<<http://www.pnud.org.br/>>. Acesso em: 09 mai. 2013

_____. **Fazendo as novas tecnologias trabalhar para o desenvolvimento humano**. 2001 Disponível em:<<http://www.pnud.org.br/>>. Acesso em: 09 mai. 2013.

RAGO, Margareth. **Gênero e História**. Compostela: CNT, Ed. 1. 2012. Disponível em <www.cntgaliza.org> Acesso em 25 ag. 2013.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007- (Coleção Memória da Educação)

ROSEN, George. **Uma história da saúde pública**. São Paulo: ABRASCO, HUCITEC, UNESP. 2 ed.1994.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo, Companhia das Letras. 2000.

SOUZA, Cynthia Pereira de.1994. **Imprensa e Educação Católicas na Formação do Público Leitor Feminino**. IN: Revista do Programa de Estudos Pós Graduados em História e do Departamento de História. Projeto História, No11 / PUC – SP, 1994.

STIGLITZ, Joseph. **Rumo a um Novo Paradigma para o Desenvolvimento: Estratégias, Políticas e Processos**, UNCTAD, Geneva.1998.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. **Populações meridionais no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2005.

